



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ingrid de Sousa Vieira

**As formas de organização coletiva dos (as) assistentes sociais na cidade
de São Paulo.**

São Paulo
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Ingrid de Sousa Vieira

As formas de organização coletiva das/os assistentes sociais na cidade de São Paulo.

Dissertação a ser apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Mariangela Belfiore Wanderley. O presente trabalho foi realizado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

São Paulo
2021

Vieira, Ingrid de Sousa

As formas de organização coletiva dos (as)
assistentes sociais na cidade de São Paulo /
Ingridde Sousa Vieira. -- São Paulo: [s.n.], 2021.
105p ; cm.

Orientador: Mariangela Belfiore Wanderley.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Serviço Social.

1. Organização coletiva. 2. Serviço Social. 3.
Classe trabalhadora. I. Wanderley, Mariangela
Belfiore. II. Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço
Social. III. Título.

CDD

O presente trabalho foi realizado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

AGRADECIMENTOS

O resultado da pesquisa apresentado nesta dissertação se configura numa síntese de processos, encontros e desencontros, vivências, leituras e reflexões. Um trabalho coletivo que, como diria Iasi, intercala o casulo, com reflexões e escritas solitárias e os vãos, com o compartilhamento e debates vividos em tantos espaços.

O processo não é fácil, traz angustias e ansiedade e me desafiou a questionar cada momento. A sorte é encontrar neste caminho pessoas que trazem leveza, esperança e força em tempos tão adversos. Proponho-me, então, a agradecer a todas/os que de alguma forma contribuíram para que pudesse chegar até aqui.

À minha família, em especial aos meus pais, Denislea e Rufino, por esta oportunidade e por sempre incentivarem meus estudos. Aos meus pais e meu irmão Douglas eu agradeço pela paciência, amor e respeito.

Aos meus amigos e amigas obrigada por estarem sempre comigo, mesmo que de longe, vocês são referência de aconchego. Agradeço por ouvirem minhas angústias, pelas trocas, reflexões e pelos livros emprestados, assim como pelas conversas leves, pelo carinho e companheirismo.

Ao meu parceiro de vida, Rhuan, não existem palavras para tamanha gratidão pelo seu companheirismo, apoio e compreensão. Você é porto seguro em meio à tempestade.

A todas/os assistentes sociais que se disponibilizaram a responder a pesquisa de campo para a construção deste trabalho.

A todas/os professoras do curso de pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, agradeço pelo compromisso em compartilhar conhecimentos, principalmente diante de tantas adversidades impostas no último ano.

À professora Beatriz Abramides e a todos/as os integrantes do NEAM eu agradeço não apenas pelas reflexões profundas, análises de conjuntura e de questões tão caras à sociedade que foram imprescindíveis para a construção desta dissertação, mas também pelos poemas, músicas e palavras carinhosas. Em tempos de aulas remotas e de distanciamento social eu me senti abraçada por vocês em muitos momentos.

A professora Beatriz Abramides, por ir muito além de suas obrigações e por ser essa referência de humanidade e compromisso, estando sempre disponível a nos ajudar no que pode.

As professoras Eblin Farage e Beatriz Abramides obrigada pela disponibilidade em compor as bancas de qualificação e defesa final. Vocês foram e são muito importantes para a construção da minha identidade profissional.

A minha orientadora professora Mariangela Belfiore Wanderley obrigada por todas as orientações, pelas críticas construtivas e apoio na construção deste trabalho.

Gostaria de pontuar todas as pessoas que contribuíram para este processo e para a construção deste trabalho, como não é possível o meu muito obrigado de forma geral a todas/os.

RESUMO

A presente dissertação tem como proposta analisar as formas de organização coletiva em que os (as) assistentes sociais estão inseridos atualmente na cidade de São Paulo. Principalmente a partir da Intenção de Ruptura no “Movimento de Reconceituação” e do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), os (as) assistentes sociais se reconhecem enquanto classe trabalhadora e se organizam junto aos (às) trabalhadores (as) nos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, entre outras organizações coletivas. A organização junto a esses movimentos é de extrema importância para a construção de alternativas de luta da classe trabalhadora, tanto na conquista de direitos como na prospecção de um projeto societário sem divisão de classes. Dessa forma, esta dissertação teve como objeto a identificação das formas de organização coletiva dos (as) assistentes sociais. Com o objetivo de nos aproximarmos dessas formas de organização coletiva dos (as) assistentes sociais, escolhemos a cidade de São Paulo como campo da pesquisa. Nosso objetivo é conhecer os desafios históricos que implicam nas organizações ou na não organização, como, também, refletir sobre os desafios atuais para a organização coletiva autônoma e classista. A dissertação foi construída por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, que foi realizada através de formulário on-line Google com os (as) assistentes sociais da cidade de São Paulo que se dispuseram a responder. Concluimos que a organização coletiva nos espaços de luta da classe trabalhadora pelos (as) assistentes sociais é, ainda hoje, um desafio que, enquanto categoria profissional, necessita ser debatido e refletido nos espaços de formação e trabalho profissional.

Palavras-chave: Organização coletiva. Serviço Social. Classe trabalhadora.

ABSTRACT

This dissertation is aimed to analyze forms of collective organization in which social workers are currently inserted in the city of São Paulo. Mainly from the Intention of Rupture in the "Reconceptualization Movement" and the III Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), social workers recognize themselves as the working class and they organize themselves together with workers in social movements, political parties, unions, among other collective organizations. The organization together with these movements are extremely important for the construction of alternatives for the struggle with the working class, both in the conquest of rights and also in prospect of a societal project without class division. Thus, this dissertation is aimed to identify the forms of collective organization of social workers and aims to get closer to these forms of collective organization of social workers. We chose the city of São Paulo as the field of research. Our objective is to know about historical challenges that involve organizations or non-organization, as well as reflect on the current challenges for the autonomous and class-based collective organization. The dissertation was built through bibliographic and field research, which were carried out through an online Google Form with social workers in the city of São Paulo who were willing to answer it. We conclude that the collective organization in the struggles spaces of the working class by social workers is, even today, a challenge that, as a professional category, needs to be debated and reflected in spaces of training and professional work.

Keywords: Collective organization. Social service. working class

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
ABRASTT	Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais.
ANL	Aliança Nacional Libertadora.
APG	Associação de Pós Graduandos.
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social.
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social.
CUT	Central Única dos trabalhadores.
EC	Emenda Constitucional.
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.
ERESS	Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social.
FENAS	Federação Nacional dos Assistentes Sociais.
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/ Travestis, Queer, Intersexuais e Assexuais.
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social.
PC do B	Partido Comunista do Brasil.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PDT	Partido Democrático trabalhista.

PET	Programa de Educação Tutorial.
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro.
Prouni	Programa Universidade para Todos.
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PUC –SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Rede Penssan	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção São Paulo.
SINDESEP	Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo.
SINSPREV	Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
TRT	Tribunal Regional do Trabalho.
UFAL	Universidade Federal de Alagoas.
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Idade.....	68
Gráfico 2 - Ano de Conclusão da graduação.....	68
Gráfico 3 - Graduação.....	69
Gráfico 4 – Participação em organizações coletivas.....	75
Gráfico 5 - Tempo de participação na organização coletiva.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
□ Procedimentos Metodológicos	16
1. APREENSÃO DA REALIDADE SOCIAL, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	19
1.1.Trabalho Categoria Ontológica e Trabalho no Modo de Produção Capitalista	19
1.2 Estados e Luta de Classes	25
1.3 Capitalismo Monopolista e Surgimento do Serviço Social no Brasil	30
1.4 Reestruturação produtiva e organização coletiva	34
1.5 Crises do Capital e as Influências para a Organização da Classe Trabalhadora.	38
2. AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS: O QUE SÃO?	46
2.1 A formação sociopolítica brasileira e suas formas de organização coletiva	49
2.2 O histórico organizativo dos (as) assistentes sociais e os governos pós-ditadura militar	56
3. AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO.	67
3.1 O perfil dos (as) assistentes sociais sujeitos da pesquisa: formação e trabalho profissional	67
3.2 O que são as organizações coletivas? Uma reflexão a partir das respostas dos sujeitos	73
3.3 As organizações coletivas e suas configurações	75
3.4 A não participação dos sujeitos nas organizações coletivas	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
APÊNDICE A – FORMULÁRIO GOOGLE	97
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.	104

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa foi se transformando ao longo do primeiro ano do mestrado, a partir de debates realizados nas disciplinas, núcleos e atividades programadas, assim como nos espaços de militância que foram ampliados com a saída do interior de Minas Gerais e a vivência na cidade de São Paulo. E, ainda, de forma mais determinante, pela conjuntura atual vivenciada pelo Brasil e pelo mundo, que desperta questionamentos sobre a importância do enfrentamento por meio de organizações coletivas.

A escolha do tema é também resultado de todo o caminho que delinea as vivências enquanto sujeito político, a formação profissional e a experiência de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Formada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em 2017, foi apresentado no TCC, que tem como título “A apropriação, ou não, do materialismo histórico dialético pelas assistentes sociais das políticas públicas de um município de pequeno porte”, uma reflexão acerca da apreensão da realidade social pelos (as) assistentes sociais de um município de pequeno porte de Minas Gerais.

Nesta pesquisa foi possível desenvolver importantes mediações acerca da apropriação do marxismo e a sua importância para uma apreensão da realidade social de forma crítica, que realize as mediações entre singular e universal e supere a imediatividade do cotidiano. Para além da importância do desenvolvimento desta pesquisa no reconhecimento da dimensão de pesquisadores dos (as) assistentes sociais, esta também possibilitou refletir sobre como a inserção desses profissionais em espaços de organização e luta da classe trabalhadora pode possibilitar uma visão mais atenta e crítica da sociabilidade que os cerca.

Para além da experiência de pesquisa do TCC, houve experiências de militância em espaços coletivos, como no movimento estudantil no período de graduação na UFTM, inclusive com a construção da greve de 2016, em defesa da educação e contra a Emenda Constitucional (EC) 95 de congelamento dos gastos.

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) também foi um espaço de inserção e construção durante a graduação até mesmo com a

elaboração coletiva do Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) da Região V, que aconteceu na UFTM no ano de 2016.

Quando acontece o ingresso na pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), também ocorre a participação da construção das lutas contra os cortes e retrocessos no financiamento da pesquisa e da ciência, no fim do ano de 2019, junto à Associação de Pós-Graduandos (APG) da instituição.

O “Movimento de Reconceituação” do Serviço Social, nos termos de Netto (2010), foi um processo de debate e questionamentos da origem da profissão, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980, resultando no “Congresso da Virada”, em 1979, que se constituiu em um importante marco histórico e político na profissão em seu processo de renovação. Esse processo possibilitou aos (às) profissionais de Serviço Social a construção de uma nova visão da realidade social e de um “novo” posicionamento profissional junto à classe trabalhadora.

Os (as) assistentes sociais, a partir das reflexões, debates, construção e apropriação desenvolvida durante o “Movimento de Reconceituação”, passam a se identificar enquanto classe trabalhadora, inserida na divisão social, técnica e racial do trabalho e sofrendo os mesmos processos de exploração e alienação de toda essa classe.

Esse reconhecimento ocorre em um cenário de organização e luta da classe trabalhadora contra a ditadura militar, o que faz com que, com seu reconhecimento de classe, os (as) assistentes sociais se insiram nas mobilizações e lutas sociais desse período em sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros.

Outra questão de grande importância que perpassa a categoria profissional é a crítica do modo de produção capitalista, da divisão de classes e da exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa e do reconhecimento do Estado como um Estado de classe, que atende aos interesses da burguesia para a reprodução dos processos de exploração, alienação e opressão.

Com esse reconhecimento, se entende que só é possível a ultrapassagem dessas condições com a superação do modo de produção

capitalista, por meio da organização e luta da classe trabalhadora no sentido da construção de uma nova ordem societária.

Na atual conjuntura do Brasil, reflexo de uma estrutura capitalista, vivencia-se a implementação de políticas neoliberais, que, para os direitos sociais da classe trabalhadora, significam retrocessos, aumento da exploração do trabalho, crescente aumento do desemprego, criminalização dos movimentos sociais, entre outras questões que atingem diretamente as condições de organização e luta da classe trabalhadora.

Dessa forma, esta dissertação, no âmbito da pesquisa realizada, objetivou analisar as formas de organização coletiva dos (as) assistentes sociais, escolhendo a cidade de São Paulo como campo empírico. Buscamos conhecer os desafios históricos que implicam na organização ou na não organização, como, também, refletir sobre os desafios atuais para a organização coletiva autônoma e classista.

Buscamos, ainda, refletir acerca da importância das organizações coletivas classistas, realizando um importante levantamento de dados sobre os espaços organizativos que têm a participação dos (as) assistentes sociais e o trabalho de militância que desenvolvem na cidade de São Paulo.

A pesquisa de campo foi realizada com os (as) assistentes sociais da cidade de São Paulo, que trabalham ou moram no município. Independentemente se estão atuando no momento. A pesquisa empírica foi feita por meio do formulário Google e totalizaram 63 respostas.

O presente trabalho é apenas uma aproximação do tema que não se esgota nesta dissertação, sendo importante salientar os desafios para a construção do mesmo, tendo em vista não apenas as poucas referências teóricas sobre o tema, mas também as condições conjunturais de pandemia da covid-19, que limitaram o acesso à bibliografia e à realização da pesquisa de campo de forma presencial, precisando ser adequada ao meio on-line.

- **Procedimentos Metodológicos**

Do ponto de vista metodológico, os estudos foram organizados com base na metodologia de pesquisa qualitativa, com coleta de dados, sistematização, análise.

Optamos pelo método materialista histórico dialético, superando a mera descrição quantitativa dos dados e buscando desvendar os determinantes históricos e conjunturais da realidade.

Como já apresentado inicialmente, o objetivo da pesquisa foi de analisar as formas de organização coletiva nas quais os (as) assistentes sociais da cidade de São Paulo estão inseridos atualmente. Procedeu-se à análise do perfil dos profissionais como sujeitos da pesquisa, apreendendo qual a compreensão destes de organização coletiva, em quais organizações eles se inserem e o porque da não organização desses sujeitos atualmente.

Os procedimentos metodológicos se desdobraram na pesquisa bibliográfica e na pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica, por possibilitar o conhecimento e aprofundamento teórico. Nessa etapa foi necessário um estudo dos (as) autores (as) e de suas obras, com o intuito de se fazer uso de referências críticas que coadunem com a perspectiva do Projeto Ético Político do Serviço Social, como Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, Meszáros, Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Antunes, Yamamoto, Abramides, José Paulo Netto, entre outros.

A pesquisa de campo foi de extrema importância, pela necessidade de se conhecer a realidade a partir da visão dos (as) assistentes sociais inseridos ou não em espaços de trabalho profissional ou em organizações coletivas.

Os dados foram coletados por meio do formulário Google, enviado e respondido de forma on-line, com perguntas fechadas e abertas, possibilitando tanto a construção de dados em porcentagens, como também que os sujeitos discorressem sobre o assunto¹.

Como forma de exposição dos resultados da pesquisa, o trabalho foi estruturado em três capítulos.

No Capítulo 1, foi analisada a categoria “trabalho” como ontológica do ser social, entendendo a configuração que o trabalho adquire no modo de

¹ Vide APÊNDICE A Formulário Google.

produção capitalista, enquanto trabalho alienado e explorado. Apreenderam-se as configurações do Estado no modo de produção capitalista, enquanto Estado burguês, que serve aos interesses da burguesia, assegurando a ordem e a reprodução dos modos de exploração. Entendemos que, mesmo nessas condições, a classe trabalhadora consegue se organizar e lutar em defesa de seus interesses.

No mesmo capítulo, analisamos o período histórico de capitalismo monopolista, como terreno histórico da gênese do Serviço Social. Entendemos o “Movimento de Reconceituação” como marco para o desenvolvimento da perspectiva crítica e construção do Projeto Ético-Político da profissão.

Compreendemos que, neste mesmo período, os (as) assistentes sociais passam a se reconhecer enquanto trabalhadores assalariados, inseridos na divisão social, técnica e racial do trabalho e sujeitos à alienação e à exploração.

Foi necessária, também, uma breve análise sobre a reestruturação produtiva, que, a partir de 1970, intensificou a exploração do trabalho, com uma nova estruturação, que se aproveita das condições subjetivas do trabalhador, abrindo novos elementos para a alienação.

E, no último tópico do primeiro capítulo, buscamos compreender as principais crises do capital e as suas consequências para a organização coletiva da classe trabalhadora e especificamente para os (as) assistentes sociais.

No Capítulo 2, começamos analisando as concepções de organização coletiva a partir de Luxemburgo e Lênin, que, apesar de divergentes em alguns aspectos deste debate, convergem na questão principal: a classe trabalhadora só triunfará em suas lutas através da organização que prospecte e construa uma nova ordem societária.

Posteriormente, no mesmo capítulo, nos debruçamos sobre a formação sociopolítica brasileira em suas particularidades de constituição, apreendendo as formas de luta e organização da classe trabalhadora.

Logo em seguida, no último tópico deste capítulo, buscamos entender o histórico organizativo dos (as) assistentes sociais e as transformações dessa organização a partir dos diferentes governos pós-ditadura militar.

No Capítulo 3, foi desenvolvida uma análise dos dados coletados na pesquisa de campo, iniciando por um estudo do perfil dos (as) assistentes sociais participantes da pesquisa, desde a questão de gênero, presente fortemente nessa profissão, até também suas formações profissional e continuada.

Na sequência, analisamos a compreensão dos sujeitos sobre as organizações coletivas, seu entendimento de organização, se estão ou não inseridos atualmente em organizações coletivas, quais seriam essas organizações e quais as condições da não organização dos (as) assistentes sociais atualmente na cidade de São Paulo.

As considerações finais trazem a percepção da pesquisadora sobre a realidade estudada, envolvendo uma condição que compreende determinantes históricos e conjunturais. Sugerindo, ainda, a necessidade da ampliação deste debate entre os (as) assistentes sociais.

1. APREENSÃO DA REALIDADE SOCIAL, TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

1.1-Trabalho Categoria Ontológica e Trabalho no Modo de Produção Capitalista.

Marx e Engels, em “Ideologia Alemã” (2009), nos apontam que, para toda análise histórica da sociedade, é necessária a apreensão de seu primeiro ato histórico, sendo este o trabalho, como forma de satisfação das necessidades humanas. É com base nesse princípio que iniciamos esta dissertação.

O trabalho é categoria elementar e central na vida e constituição do ser social, uma vez que, no ato de transformar a natureza para a satisfação de suas necessidades, o ser humano se transforma, se socializa e se humaniza na relação com o gênero humano. No processo sócio-histórico, o ser humano é impulsionado a divulgar e generalizar seus saberes e experiências, desenvolvendo um sistema de comunicação articulada. De forma que é através do trabalho que o ser humano encontra a necessidade de socializar e construir os meios de linguagem, como a fala, a arte e a escrita, para o repasse dos saberes para as outras gerações.

É impossível o desenvolvimento do trabalho de forma isolada. O trabalho é, sempre, atividade coletiva e organizada. Portanto, o trabalho não apenas se desenvolve e transforma a matéria, mas, através de sua realização, há transformação do ser humano, havendo assim uma diferenciação entre o ser natural e o social (NETTO; BRAZ, 2002).

No processo de trabalho para a satisfação das necessidades, novas necessidades surgem, e dessa forma o ser humano se desenvolve e as relações sociais se tornam cada vez mais complexas. Se antes a necessidade era da alimentação imediatamente após a caça, isso se transforma surgindo a possibilidade e a necessidade da reserva de alimentos. A forma de se alimentar também sofre mudanças, se antes o alimento era consumido cru,

após a descoberta do fogo tem a capacidade de cozinhar os alimentos, entre outras evoluções (NETTO; BRAZ, 2002).

Marx (2009, p. 40-41), ainda em sua juventude, já analisava o trabalho como ato histórico, teleológico e atividade para satisfação das necessidades, entendendo-o como primeiro ato histórico do ser social, conforme destaca:

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. [...] Assim a primeira coisa a se fazer em qualquer concepção da história é observar esse fato fundamental e toda o seu significado e em toda a sua extensão, e atribuir-lhe a importância que lhe é devida.

Os animais também realizam atividades para a satisfação de suas necessidades de sobrevivência, porém essas atividades são feitas de forma instintiva. Cada espécie animal vai desenvolver essas atividades de formas diferentes entre si, mas sem se transformarem, sendo uma ação biológica e fixa. O trabalho humano, por sua vez, se desenvolve ao longo do tempo, não sendo natural e biológico, mas construído através do desenvolvimento das relações sociais. O ser humano, dessa forma, se diferencia dos outros animais por conseguir planejar idealmente seu trabalho antes de realizá-lo, tendo consciência de uma finalidade, uma intencionalidade prévia, denominada de teleologia (NETTO; BRAZ, 2002).

O ser humano desenvolve, nesse sentido, um trabalho constituído de finalidades e intencionalidades que serão mediados pelos seus instrumentos. Se a intenção é a autodefesa, um escudo pode ser uma boa escolha; se o objetivo é a caça, a flecha ou uma vara afiada serão mais eficientes. Dessa forma, antes do trabalho, o ser humano precisa planejar suas ações, fazer escolhas, refletir sobre qual é a finalidade dessa atividade, para que assim consiga chegar o mais próximo de seu objetivo. O trabalho se efetiva em um plano subjetivo e objetivo, nunca um sem o outro (NETTO; BRAZ, 2002, p. 32).

Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos à idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito.

Através do trabalho, da humanização e da socialização, o ser humano se afasta cada vez mais das determinações naturais, que são insuprimíveis para homens e mulheres, mas têm influência cada vez menor nas suas vidas. Essas determinações sociais dizem respeito à fome, que pode ser igual para o ser humano e para os animais, mas se diferencia nas formas de sua satisfação, assim como nas formas de reprodução biológica. Ambas as necessidades são biológicas e naturais, mas a forma de sua satisfação é mediada pelas relações sociais dos seres humanos em seus valores, crenças, costumes e normas. É essa dimensão que torna os seres humanos cada vez mais seres sociais.

Com essas dimensões colocadas, podemos apreender que homens e mulheres possuem consciência, mas não uma consciência pura. Desde os primórdios, essa consciência é um produto social, resultado das experiências e vínculos estabelecidos pelos indivíduos. A consciência se desenvolve com o aumento da produtividade e com a divisão de trabalho, tendo a possibilidade de emancipar-se do mundo e manifestar as formas de teoria, filosofia, moral, etc (MARX, 2012).

O trabalho é a objetivação elementar e fundante do ser social, porém o ser humano não se reduz apenas ao trabalho, atuando sobre outras objetivações que se tornam mais complexas quanto mais desenvolvido é o ser social. Na realização das objetivações, o ser humano se realiza e se transforma; esse movimento dialético de transformar a natureza e também se transformar pode ser apreendido a partir da categoria “práxis”.

Com o ser social desenvolvido, a realização da práxis nas objetivações pode ocorrer na transformação da natureza, para satisfação das necessidades através do trabalho, como também na transformação de outros homens e mulheres, que serão influenciados e modificados através da práxis. Segundo Netto; Braz (2002, p.43), a práxis em sua realização para além do trabalho pode revelar o “homem como ser criativo e autoprodutivo” com as objetivações ideais, como de ciência, arte, religião, que revela a sensibilidade do ser social desenvolvido (NETTO; BRAZ, 2002).

É por meio do trabalho, enquanto objetivação central, que a humanidade se constitui e se desenvolve ao longo da história, sendo o modo em que se realiza no e para além do trabalho, que é determinante para a forma que se

dão as demais relações e objetivações entre os homens e mulheres, conforme Marx (2009, p. 25):

Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, a satisfação das necessidades do homem também se modificou, tendo em vista a complexificação da divisão social do trabalho e a apropriação cada vez mais privada do produto do processo de trabalho.

No modo de produção capitalista, as relações sociais se expressam no embate da divisão de classes, entre classe trabalhadora e classe burguesa. O trabalho se configura nessa sociabilidade como trabalho alienado, fundado na exploração do homem pelo homem, na apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. Os detentores dos meios de produção constituem a classe burguesa e exploram os que possuem apenas a venda da força de trabalho, como única forma de sobrevivência nesse modo de produção.

Se no mercantilismo simples o dinheiro era simplesmente meio de troca para o acesso a mercadorias necessárias, no capitalismo o objetivo é obter cada vez mais dinheiro. Os detentores dos meios de produção não trabalham, mas compram a força de trabalho de terceiros, que vão produzir suas mercadorias em troca de salários inferiores ao valor das mercadorias produzidas. Dessa forma, o lucro dos capitalistas advém da exploração do trabalho, da mais-valia, que é a diferença entre o valor de mercadoria produzido e o salário, o valor que o burguês ganha da exploração do trabalho (NETTO; BRAZ, 2002).

É esse processo de compra da força de trabalho e meios de produção, produção de mercadorias acrescida de valor pelo trabalho e a venda da mercadoria por mais dinheiro, que apresenta o poder financeiro denominado capital. O dinheiro em si não é capital; só é capital o processo que se utiliza da exploração da força de trabalho.

O trabalho é a única atividade criadora de valor; dessa forma, o valor da mercadoria produzida é medido a partir da quantidade de trabalho necessário

para a produção dessa mercadoria. Esse valor foi, no início do mercantilismo, utilizado através da troca, em que cada produto era comparado a outro. Com o desenvolvimento do capitalismo, surgiu o equivalente universal, dinheiro, em que todas as mercadorias podem expressar seu valor através do preço.

No entanto, no modo de produção capitalista, o trabalho, como única atividade criadora de valor, tem sua elementaridade ocultada. A relação social de produção se mostra como relação entre coisas, entre mercadorias. Esse fenômeno é o fetichismo da mercadoria, a forma mais evidente da alienação no capitalismo.

O (a) trabalhador (a) é alienado (a) da lógica da produção e sua função nela. A divisão do trabalho faz com que o (a) trabalhador (a) não reconheça o produto final de seu trabalho, e a apropriação desse produto pela burguesia faz com que o produto final não pertença ao/à trabalhador (a); essa dimensão é o estranhamento, que se expressa na incapacidade do (a) trabalhador (a) de consumir o produto de seu próprio trabalho.

O operário torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. (MARX, 2012, p. 95)

O produto oprime e controla seu (sua) criador (a). As relações de trabalho são obscurecidas na sociedade, de forma que só se apresentam como relação entre coisas, entre mercadorias. Os homens e as mulheres se estranham em relação ao processo de produção, no produto do seu trabalho e no seu gênero humano. Todos esses fenômenos são dimensões da alienação (NETTO; BRAZ, 2002).

Com o desenvolvimento e a globalização, com a mundialização do capital, a classe trabalhadora é cada vez mais submersa em formas de consciência alienada, tornando-se os (as) trabalhadores (as) cada vez mais “submetidos a um poder que lhes é estranho” (MARX, 2012, p. 148).

Portanto, o trabalho no modo capitalista de produção passa a ser o principal meio de exploração, opressão e alienação. O processo de trabalho é totalmente direcionado para a criação de lucro, para a acumulação do capital concentrado e centralizado, sob o poder daqueles que são os (as) detentores (as) dos meios de produção, que pagam para o (a) trabalhador (a) uma quantia

muito inferior à quantidade de sua produção. Dessa forma, os (as) trabalhadores (as) vendem sua força de trabalho de forma explorada em troca de dinheiro, representada pelo salário, como única forma de satisfação de suas necessidades nessa sociabilidade. Conforme Marx (2011, p. 749) indica, no sistema capitalista a produção de mais-valia recai sobre a responsabilidade do (a) trabalhador (a), de forma que:

[...] todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformando em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho [...].

O (a) trabalhador (a) não se realiza e não se satisfaz enquanto ser humano na realização de seu trabalho; o faz pela necessidade dos meios de sua sobrevivência. O (a) trabalhador (a) não se sente útil e capaz; pelo contrário, executa cada vez funções mais medíocres e é cada vez mais descartável na produção.

Com esse nível de exploração e alienação do trabalho, isso deixa de ser ato de autorrealização e humanização, e a única forma de realização e satisfação dos (as) trabalhadores (as) passa a ser as suas ações mais primárias e biológicas, como perfeitamente coloca Marx (2012, p. 98):

Chega-se assim ao resultado de que o homem (o operário) já só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quanto mais ainda habitação, adorno etc. – e já só como animal nas suas funções humanas.

O desemprego e a produção e a reprodução do “pauperismo” são necessários para o desenvolvimento do sistema capitalista, sendo condição para o seu desenvolvimento, possibilitam o crescimento sem limites do capital, a desregulamentação do trabalho e sua exploração cada vez maior. Os (as) trabalhadores (as) excedentes pressionam a classe trabalhadora ativa a permanecer nessas condições através do medo da perda dos seus empregos. Os (as) capitalistas se aproveitam e até forçam essa situação para a redução dos salários.

Os (as) trabalhadores (as) desempregados (as), além de estarem sempre à disposição para ocupar os cargos daqueles (as) que se revoltarem, ainda são o exemplo de onde os (as) trabalhadores (as) não querem estar, na situação mais bárbara dessa sociabilidade, entre os (as) miseráveis que não encontram compradores (as) para sua força de trabalho. Marx reflete sobre essa realidade (2011, p. 735) ao se referir à população trabalhadora excedente, que é aquela disponível a ser explorada para a garantia da produção e da reprodução do capital:

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.

Para além do desemprego, o proletariado é atingido também pelo aumento do empobrecimento decorrente da exploração do trabalho, com condições precárias de moradia, alimentação, com reduzidos salários e trabalho intensificado. É importante ressaltar que a pobreza sempre existiu, estando presente também nos outros modos de produção, sendo resultado da exploração do homem pelo homem. Como Netto (2007) explicita, o diferencial da pobreza engendrada no modo de produção capitalista está no fato de que esta “cresce na razão direta em que se aumenta a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2007, p. 153), enquanto nos outros modos de produção a pobreza estava ligada à escassez e à falta de conhecimentos científicos e materiais.

O valor pago pela força de trabalho, e conseqüentemente as condições de vida da classe trabalhadora, vai variar de acordo com os períodos históricos da sociedade, com o número do exército industrial de reserva ou, pelo contrário, com a falta de oferta de força de trabalho, com a maior pressão e organização dos (as) trabalhadores (as); todas essas dimensões têm influência direta nas condições de trabalho da classe trabalhadora.

1.2 Estado e Luta de Classes

A partir de Lênin (2016) podemos entender que Engels entende o Estado como a representação de poder, que se apresenta como acima da sociedade e de forma “neutra”. Esse poder se torna necessário frente às contradições inconciliáveis desse modo de produção e com a divisão de classes antagônicas. Dessa forma, é preciso um poder acima da sociedade para que essas classes não se destruam, mantendo a ordem.

[...] as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, derivado de sua riqueza, tem sua expressão prático-idealista na forma do Estado existente em cada caso (MARX, 2012, p. 148-149).

Diferentemente do que é divulgado pela ideologia² burguesa, que coloca o Estado como ente de conciliação de classe, Marx analisa o Estado como órgão de opressão e dominação de uma classe sobre outra. A ordem criada pelo Estado, através das leis e pelo sistema de justiça, serve para legalizar essa opressão e assegurar que ela aconteça em suas devidas condições (LÊNIN, 2016). Em outra obra Lênin também faz a seguinte citação:

Peguem as leis fundamentais dos Estados contemporâneos, peguem a gestão delas, peguem a liberdade de associação ou de imprensa, peguem “a igualdade dos cidadãos perante as leis” – e verão a cada passo a hipocrisia da democracia burguesa, bem familiar a qualquer trabalhador honesto e consciente. Não há nenhum Estado, nem mesmo o mais democrático, onde não haja brechas e cláusulas em suas constituições, que não assegurem a possibilidade de a burguesia mover suas tropas contra os trabalhadores, entrar em estado de guerra, e assim por diante, “em caso de violação da ordem” – na verdade, em caso de “violação” pelas classes exploradas de sua condição escrava e a tentativa de não se portar feito escrava (LÊNIN, 2019, p. 79).

Com a atuação do Estado em benefício da classe dominante, esta passa a ter não apenas domínio econômico, mas também domínio político, tendo novos meios para dominação e exploração da classe trabalhadora (LÊNIN, 2016).

²No livro “O leitor de Marx” (2012, p.464-465), José Paulo Netto explica a origem do termo “ideologia”: “O conceito de ‘ideologia’ surgiu durante a Revolução Francesa, primeiramente como o nome de uma nova ciência fundada pelos assim chamados ideólogos franceses. Foi Destutt de Tracy que, em abril de 1796, introduziu esse conceito numa conferência proferida no Instituto Nacional de Paris. Por ideologia, Destutt de Tracy entendia uma ciência das ideias que deveria ser a ciência primeira e fundamental [...] Napoleão, porém, dá ao conceito o significado de um conteúdo que transcende a empiria e a realidade, de modo que, para ele, a ideologia representa apenas um raciocínio e uma teoria desessencializada e distante da prática, uma forma de pensamento com pretensões ilegítimas a uma validade prática. Com Napoleão, o conceito de ideologia se torna um conceito polêmico, com o qual os adversários políticos devem ser desqualificados”.

O Estado, nesse modo de produção, aparece como neutro e promotor dos interesses de todos igualmente; porém, na verdade, é uma estrutura política a serviço dos interesses do capital. De forma que é parte da burguesia e, mesmo atuando nas demandas da classe trabalhadora, o faz tendo como intenção a reprodução e a manutenção dos processos de acumulação.

A forma de Estado democrático nessa sociabilidade é a mais benéfica para o modo de produção capitalista. A expressão dessa democracia e especificamente do sufrágio universal demonstram não mais que a maturidade da classe operária frente a sua situação de exploração, não sendo meio nem possibilidade para uma transformação radical da classe trabalhadora, tampouco de representar a realização de suas necessidades. É, na realidade, a escolha “a cada três ou seis anos de quais membros da classe dominante que irão atraiçoar o povo no Parlamento” (LÊNIN, 2019, p. 79).

Assim, não se pode falar em democracia de forma geral, é preciso identificar sua dimensão de classe, uma vez que nessa sociabilidade existe uma divisão de classes antagônicas. Nesse sentido, a democracia presente no modo de produção capitalista é uma democracia burguesa, já que serve aos interesses burgueses de manutenção da exploração da classe trabalhadora (LÊNIN, 2019).

A democracia burguesa, por mais que seja um grandioso progresso histórico em comparação com a Idade Média, permanecerá sempre – e sob o capitalismo não deixa de permanecer – estreita, amputada, falsa, hipócrita, um paraíso para os ricos, uma armadilha e uma fraude para os explorados, para os pobres (LÊNIN, 2019, p. 77-78).

O Estado tem suas dimensões intensificadas no período de capitalismo imperialista em que amplia de forma significativa suas funções em benefício da burguesia monopolista e ainda exerce poder entre Estados nacionais de países periféricos, com a mais intensa exploração sobre determinados povos, impedindo o desenvolvimento da soberania nacional desses países, além de, através da globalização, auxiliar a monopolização e a concentração do capital, colocando as leis gerais desse modo de produção em níveis ainda maiores.

O discurso liberal em defesa da atuação mínima do Estado e da “mão invisível” do mercado é, na verdade, um discurso ideológico de manipulação da classe trabalhadora. O interesse burguês nunca foi e nunca será de redução da atuação do Estado a seu serviço, mas apenas da redução da necessidade de

intervenções em serviços sociais. Netto (2007, p. 25-26) analisa as várias funções econômicas do Estado a serviço do capital:

Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, o baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldade (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. As indiretas não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgota aí, no entanto – recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa. A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno estratégico, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise.

A atuação do Estado serve à burguesia tanto diretamente, por meio das medidas econômicas supracitadas, como indiretamente, garantindo sua reprodução com medidas para as demandas da classe trabalhadora, e ideologicamente, promovendo o controle.

O Estado se utiliza, por vezes, de discursos pela liberdade e pela igualdade, “com palavras de ordem do socialismo” (LENIN, 2019 p.196), para ludibriar a classe trabalhadora, afastando-a ainda mais da consciência da condição de classe desse Estado, que, mesmo com esses discursos, não deixa de ser um Estado burguês.

Para manter a classe trabalhadora nas condições de exploração, a classe burguesa se utiliza não apenas dos meios materiais de produção, mas, também, da ideologia para a reprodução espiritual dos trabalhadores, apresentando e divulgando o pensamento ideal para a manutenção das relações de produção, como se fosse de interesse para toda a sociedade.

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, que dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-

la como as únicas racionais, universalmente válidas (MARX, 2012, p.157).

Dessa forma, a ideologia da classe dominante direciona a classe trabalhadora para a normalização e naturalização das condições de vida no modo de produção capitalista. Tratando das desigualdades sociais como fenômeno natural – e, nessa perspectiva, sempre existirá os mais ricos e os mais pobres –, os (as) donos (as) das empresas e os (as) trabalhadores (as), sendo essa uma lei tida como natural da sociedade.

Com a divisão do trabalho, ocorre no modo de produção capitalista a divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. É por meio do trabalho espiritual que a ideologia dominante se materializa e se expande na sociedade através de seus pensadores, criadores de teorias, das religiões, dos filósofos, sociólogos, juízes, com os meios de comunicação, com repórteres, atores, escritores, entre outros. Todos esses reproduzem, de forma consciente ou não, normas de convivência e aceitação e naturalização das relações sociais vigentes. Sobre o controle social, Iamamoto faz a seguinte reflexão (2006, p. 107-108):

É exercido, também através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente.

Para a aceitação dessas ideias pela classe trabalhadora, se torna necessário que se vede a relação direta entre a propagação dessas ideias e os detentores dos meios de produção, de forma a não apresentar nenhuma relação entre ambos. Os (as) pensadores (as), assim como suas teorias, são vistos (as) como independentes dos interesses de classe.

Além da ideologia, a classe burguesa se utiliza de outras ferramentas para a aceitação e o controle da classe trabalhadora. Respalhada – principalmente pelo Estado, por meio das leis que são construídas a partir dos interesses do capital, com todo seu aparato –, promove a ordem através do medo e da violência que sempre estiveram presentes no modo de produção capitalista para resguardar a propriedade privada e o funcionamento da produção.

Outra ferramenta são as instituições filantrópicas, referência em suas ações de caridade, fornecimento de alimentos e produtos de subsistência, que

promovem a aceitação desse sistema, tanto através da satisfação das necessidades imediatas, como da ideologia, muito utilizada nessas instituições, que são, na maioria das vezes, ligadas às igrejas, promovendo a ordem principalmente com discursos de naturalização das relações sociais

No entanto, esses aparatos ideológicos, apesar de terem eficácia na promoção da alienação da classe trabalhadora, encobrem as contradições, mas não as eliminam. A classe trabalhadora vivencia essas contradições cotidianamente. Nesse sentido, apesar de todos os instrumentos utilizados pela burguesia para a obtenção do “consentimento dos oprimidos ao processo de exploração” (IAMAMOTO, 2006, p. 110), é possível a tomada de consciência por parte da classe trabalhadora dos processos exploratórios em que vive e da organização para a superação dessa realidade. Esses processos não apenas são possíveis como se apresentam de forma mais ou menos intensa em vários períodos da história.

Na terceira década do século XIX, essa resistência vai se expressar mais fortemente na evolução da “consciência em si” para a “consciência para si”, que significa que nesse momento os (as) trabalhadores (as) se reconheciam enquanto classe e se organizavam politicamente para o enfrentamento das condições de vida e trabalho a que eram acometidos (as) (SANTOS, 2012).

Assim, as lutas de classe se desenvolveram para um estabelecimento nas reivindicações contra o capital em todo seu processo de produção e reprodução, através das organizações sindicais, greves e manifestações. A organização da classe trabalhadora, através dos sindicatos, incorporou, com uma dimensão classista, reivindicações políticas, como a jornada de trabalho de 10 horas e a possibilidade da eleição de trabalhadores, não mais apenas para proprietários de terras, entre outros. Os protestos dos trabalhadores têm uma ampliação das reivindicações políticas para as econômicas, “...delineando um horizonte de superação da sociedade burguesa” (SANTOS, 2012, p.39).

1.3 Capitalismo Monopolista e Surgimento do Serviço Social no Brasil

O avanço da organização da classe trabalhadora ocorre em uma conjuntura de estabelecimento de um novo estágio do modo de produção capitalista, em seu período monopolista, período de intensificação do antagonismo de classe e das contradições. É nesse momento que se torna possível e necessária a atuação do Estado de forma constante nas demandas da classe trabalhadora por meio das políticas públicas.

A dinâmica do capitalismo em seu estágio monopolista expressa o ápice das contradições da ordem burguesa, através de uma alteração do processo de acumulação que demanda uma intervenção extraeconômica, para que o capital continue se produzindo e reproduzindo. O Estado, que sempre atendeu aos interesses econômicos da burguesia, tem agora uma refuncionalização, deixando de atuar apenas de forma pontual e emergencial, para intervir de forma planejada e contínua no sentido da garantia da acumulação capitalista operando nos termos de Netto (2007, p.26): “[...] para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista”.

[...] recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. Repondo estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa [...] Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascendente à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. Onde, simultaneamente, a contínua reafirmação das suas tendências e regularidades imanentes (as suas “leis” de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as “leis” particulares do estágio imperialista) (NETTO, 2007, p.19- 20).

Nesse contexto, o Estado passa a exercer seu papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista e necessita lançar mão de estratégias de legitimação diante da classe trabalhadora, se utilizando da institucionalização de direitos civis, políticos e sociais que vão promover o que Netto (2007) denomina de “consenso de classe”, por meio da política social, que administra as expressões de pobreza e miséria na era dos monopólios:

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de

funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2007, p.30).

Assim, a intervenção estatal não se dará em direção à radicalização dos fundamentos da desigualdade social, ou seja, na distribuição social da riqueza socialmente construída e privadamente apropriada. Sua intervenção será voltada para as múltiplas manifestações de pobreza, violência, fome, drogadição, entre outras, executadas de forma a fragmentar e particularizar tais refrações através de políticas individualizadas em áreas específicas, “[...]na perspectiva de promover a redução de disfuncionalidades [...]”, como se originassem de um “desvio” da lógica social (NETTO, 2007, p.32).

A profissionalização do Serviço Social se dá, então, especificamente, devido à ordem monopólica quando seus (suas) “agentes” começam a ocupar o mercado de trabalho em espaços sócio-ocupacionais, estabelecendo uma relação assalariada, com ações que não são apenas voltadas para caridade e filantropia, mas têm uma significação social essencial para a reprodução das relações sociais e para o controle da força de trabalho na dinâmica do capitalismo monopolista.

O trabalho do (a) assistente social passa a ser exercido através de relação contratual em que este (a) exerce seu trabalho, com condições estabelecidas pelo (a) empregador (a), em troca do salário como forma de acesso às condições dos meios de subsistência para sua reprodução, enquanto trabalhador (a) especializado (a). (IAMAMOTO, 2006)

O (a) assistente social tem sua atuação direcionada para o principal ator no processo de produção: os (as) trabalhadores (as) e suas famílias. Nesse sentido, embora o serviço social não possua um caráter técnico e não esteja diretamente ligado à criação de produtos, não significa que não esteja ligado à produção no geral (produção, distribuição, troca e consumo), uma vez que possibilita as condições necessárias para que o (a) trabalhador (a) exerça sua função da melhor forma e que o capital tenha uma força de trabalho disposta e pronta para produção.

Os (as) assistentes sociais, assim como outros (as) profissionais, têm a função de manter o pleno funcionamento e organização das relações sociais e da produção, colaborando para a continuidade e o aprofundamento das contradições nessa sociabilidade. Iamamoto reflete sobre essa questão no trecho que segue:

A produção e reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que, não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital. São funções que, com o progresso da divisão do trabalho, se desmembram de outras, adquirindo uma existência independente, substantivadas como função específica de determinados agentes a que está diretamente encomendada. Embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro. (IAMAMOTO, 2006, p. 86)

As políticas sociais, e os (as) assistentes sociais como um de seus agentes, representam para o capital uma forma de socialização dos custos da força de trabalho e sua reprodução com toda a população, através dos impostos. As políticas públicas com seus benefícios são como um “salário indireto”, em que convém mais para a burguesia a socialização desse custo do que o aumento dos salários (IAMAMOTO, 2006).

Dessa forma, apesar de assistentes sociais não criarem produtos e valor no processo de produção, são essenciais para a plena extração de valor da força de trabalho de outros (as) trabalhadores (as), possibilitando as condições de sua reprodução, tanto de forma material como ideológica.

No processo de compra e venda do trabalho de assistentes sociais, sua autonomia profissional fica sujeitada às delimitações do (a) empregador (a), às demandas que este (a) estabelece como seu campo de atuação e às condições de trabalho que são ofertadas.

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional (IAMAMOTO, 2015, p.218).

Como trabalhador³ (a) assalariado (a), os (as) assistentes sociais estão também sujeitos à alienação do trabalho profissional e a todas as suas consequências, como a desumanização e o não reconhecimento dos (as) outros (as) trabalhadores (as) como sujeitos em igual condição a ele (a).

Os (as) assistentes sociais estão inseridos (as) na luta de classe enquanto trabalhadores (as) assalariados (as) e, para além da alienação, são sujeitados (as) à exploração da sua força de trabalho, com baixos salários, redução dos postos de trabalho, desemprego, trabalho remoto, contratos precários, informalidade, terceirização do trabalho.

1.4 Reestruturação produtiva e organização coletiva

A exploração do trabalho se intensifica sobre a égide da acumulação flexível, resultado da crise estrutural de 1970. Com o processo de mundialização do capital em sua forma mais fetichizada, ocultando de modo ainda mais intenso as dimensões sociais do trabalho, para o rendimento de juros e a valorização de capital no processo de financeirização. Mascara-se que esses processos resultam da exploração do trabalho, colocando como se fosse um resultado de autovalorização do capital.

O capital financeiro nada cria, mas se sustenta da criação de valor do trabalho produtivo, interferindo neste por meio dos investimentos que pressupõem o aumento dos lucros da empresa. O que esse fato encobre é que o aumento dessa lucratividade pode ser resultado da maior exploração da força de trabalho (IAMAMOTO, 2019).

A descartabilidade da força de trabalho, apontada anteriormente como uma característica do trabalho no modo de produção capitalista, se torna ainda mais real na vida da classe trabalhadora que tem cada vez menos estabilidade em suas relações trabalhistas, com contratos temporários, sem registro e até com a uberização do trabalho.

³ “A força de trabalho do assistente social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociabilidade capitalista. Mas ela só se apresenta como questão essencial a ser elucidada na órbita da crítica marxista da economia política. Esta observação é fundamental para elucidar a polêmica hoje instaurada no campo da pesquisa sobre a profissão: quando não se parte da economia política do trabalho, que tem na mercadoria a célula básica da sociabilidade burguesa, aquela tensão se desvanece e o trabalho profissional passa a ser tratado unilateralmente na sua particularidade enquanto valor de uso” (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Ocorre, nesse período, maior investimento em capital constante—parte do capital que se transforma em matérias-primas, em matérias auxiliares, ou seja, em meios de produção—e menor sobre o capital variável, que corresponde à força de trabalho. O que significa um aumento de produtividade com menor quantidade de trabalhadores (as). O trabalho é realizado de forma explorada por aqueles (as) que continuam no trabalho, para a produção de maior excedente, ou seja, mais-valia relativa.

Esse processo resulta na maior exploração da classe trabalhadora empregada e, também, no aumento do exército industrial de reserva, a população sobrando, desempregada, totalmente disponível ao capital, submetendo-se a qualquer condição de trabalho.

A acumulação flexível através do *toyotismo* se utiliza de novos padrões na forma de organização do trabalho, explorando as condições subjetivas dos (as) trabalhadores (as). Esse novo padrão coloca os (as) trabalhadores (as) como “colaboradores” para, de forma ideológica, tentar ocultar a exploração do trabalho, para a intensificação do trabalho, com estabelecimento de metas, trabalho em equipe, recebimento e comissão por venda, pressão pela maior produtividade, com incentivo à disputa entre funcionários, polivalência, etc., conforme explicita Antunes:

Isso significa dizer que, ao contrário do taylorismo-fordismo, que cultuava um certo desprezo ao saber operário, a pragmática toyotista utiliza-se dele, do intelecto do trabalho, para agregar e/ou potencializar mais valor à produção, seja ela prevalentemente material ou imaterial. Os chamados círculos de controle de qualidade ou o incentivo que as empresas fazem para ouvir as sugestões dos trabalhadores e das trabalhadoras são exemplares. (ANTUNES, 2018, p.105)

Esse processo resulta em novos elementos para a alienação do trabalho, uma vez que a captura dessa subjetividade não é livre, autêntica e coletiva, mas intimidadora, empresarial, constrangedora e forçada. É uma subjetividade estranhada.

Por meio do trabalho, a acumulação flexível se estende para todas as relações da vida humana, determinando as formas de organização da família, religião, arte, meio ambiente; nenhuma dimensão escapa a sujeição e imposições desse padrão e produção.

Nesse período, o Estado passa a desempenhar ainda mais ações em benefício da burguesia e retrocede progressivamente em suas ações nas políticas sociais e legislações trabalhistas, no sentido da desregulamentação, da focalização e da privatização (IAMAMOTO, 2019).

A reestruturação produtiva escancara as desigualdades sociais, a pobreza, o desemprego e a miséria da classe trabalhadora nesse modo de produção, e essas questões se tornam objeto de trabalho das instituições filantrópicas, cada vez mais individualizadas e fragmentadas.

Nesse sentido, é possível identificar que a financeirização do capital mundializado não promove transformações apenas no modo de produção, mas, além da reestruturação produtiva, ocorre uma reforma do Estado e avanço da ideologia neoliberal.

A organização coletiva dos (as) trabalhadores (as) é diretamente atingida nesse contexto, principalmente as organizações sindicais, uma vez que variam as formas de contratação e os trabalhadores muitas vezes nem mesmo têm acesso direto a seus patrões ou superiores. Ocorre a pulverização da classe trabalhadora e de suas formas de organização, o que leva a seu enfraquecimento.

Os (as) assistentes sociais sofrem todas essas dimensões da exploração do trabalho na acumulação flexível. Assim, para além do reconhecimento e da solidariedade à classe trabalhadora, é ainda estratégica para os (as) assistentes sociais a articulação a organizações coletivas no sentido da defesa de condições dignas de trabalho e vida e tendo como horizonte direcionador a construção de uma nova ordem societária, como única forma de superação da exploração e alienação do trabalho.

Desse modo, os limites e obstáculos resultantes da condição de assalariamento, tendo em vista uma prática mediada pelo projeto profissional ou em qualquer direção, constituem objeto de atenção a ser considerado nos momentos de planejamento, que vão exigir estratégias e ações, individuais e coletivas, no seu enfrentamento. Nessa direção, dentre muitas outras estratégias, a articulação interna e externa com as demais categorias profissionais, com os organismos de representação dos trabalhadores organizados, com os Conselhos nas suas diferentes instancias, com diferentes movimentos e lutas sociais, com os partidos que colocam no centro os interesses das maiorias, tornam-se fundamentais (VASCONCELOS, 2015, p.98).

No capitalismo, as condições de trabalho alienado, de exploração e desemprego, juntamente com os mecanismos ideológicos, como debatido

anteriormente, acabam por levar grande parte dos (as) trabalhadores (as) à descrença da possibilidade de transformação dessa realidade, conduzindo a um imobilismo frente à realidade cotidiana.

A sociabilidade burguesa, com sua ideologia dominante, faz com que se acredite que esse modo de produção é eterno e imutável, de modo a naturalizá-lo de tal forma que se torna difícil imaginar uma sociedade diferente. Por vezes, nos esquecemos dos outros modos de produção que perduraram por milhares de anos antes do capitalismo, e que este tem apenas trezentos anos, uma experiência muito curta em comparação com as formas anteriores (NETTO; BRAZ, 2002).

Com efeito, quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados – por enquanto ainda no sentido até aqui indicado –, tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto “fatos da natureza” sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral, e por essa via pode surgir em média – sem que, em princípio, isso vá necessariamente ocorrer – uma resistência atenuada contra autênticas reificações que produzem estranhamento (Lukács in Antunes, 2018, p. 108).

Nesse sentido, para além da articulação enquanto classe trabalhadora junto a seus pares, os (as) assistentes sociais têm ainda um potencial enquanto intelectuais na execução da dimensão socioeducativa da profissão, estando cotidianamente em contato com os (as) trabalhadores (as) e tendo a possibilidade de contribuir para a promoção de uma análise crítica da realidade, para a necessidade da organização coletiva e para a perspectiva da capacidade da classe operária de conduzir a transformação da sociedade, como afirma Vasconcelos (2015, p. 85-86):

[...] e se é fato que a maioria dos assistentes sociais está, no cotidiano da prática, realizando atividades educativo-assistenciais, junto aos diferentes segmentos da classe trabalhadora, é nesse complexo campo da luta de classes que os intelectuais, e dentre eles o assistente social, tomando projetos anticapitalistas e emancipatórios como referência, ao se objetivarem como intelectuais num processo de autoformação permanente na sociedade do capital, podem dar uma modesta contribuição para que a “teoria penetre as massas” e, dessa forma, a teoria podendo se transformar em “força material”, o que só pode se dar através de uma práxis, radicalmente crítica, criativa, consciente.

Desnaturalizar esse modo de produção e refletir sobre a possibilidade e a necessidade de sua superação como única forma de libertação de todos os homens e mulheres da exploração, da alienação e da opressão produzidas e reproduzidas por essa sociabilidade é um processo essencial, principalmente

para os (as) assistentes sociais, como intelectuais que podem “discernir melhor as razões e as consequências de suas opções” (FERNANDES, 1975 apud VASCONCELOS, 2015, p. 88).

A organização da classe trabalhadora tem, no modo de produção capitalista, momentos de maior mobilização e articulação e momentos de desmobilização profunda que vão depender de vários fatores, como os períodos de desenvolvimento do capitalismo, de suas crises, das medidas políticas e sociais em cada governo, do histórico da organização em cada país, assim como da própria atuação da esquerda e dos movimentos anticapitalistas. No tópico seguinte, refletimos sobre esses fatores e suas influências para a organização atual da classe trabalhadora.

1.5 Crises do Capital e as Influências para a Organização da Classe Trabalhadora.

A realidade atual vivenciada pela classe trabalhadora, não apenas no Brasil, mas em âmbito mundial, é de retrocesso dos direitos trabalhistas, previdenciários, de saúde pública, educação, moradia, crescente aumento do desemprego, entre outros, em um governo que segue à risca o projeto do capital. Aliado às medidas econômicas neoliberais, ocorre o avanço do conservadorismo como ideologia dominante. Tal realidade reforça o racismo, o machismo, a homofobia, a xenofobia, o ódio aos pobres, entre outros preconceitos que sempre existiram na sociedade e agora são reforçados e até pautados como política de Estado em um governo obscurantista de traços fascistas.

O neoliberalismo se instalou no Estado brasileiro em 1990, passando por períodos diferenciados de maior ou menor amplitude nas políticas públicas, e tomando maior radicalidade após o golpe de Estado de 2016, em que o capital-imperialismo passa a exigir do Estado um novo papel (IASI, 2019). Os direitos sociais conquistados durante décadas de lutas e resistência são agora atacados para garantir uma lucratividade cada vez maior para os monopólios, que concentram a riqueza socialmente produzida.

No Brasil, o (des) governo federal se utiliza do discurso da crise e de seu respaldo ideológico conservador para defender o desmonte do Estado com as contrarreformas, como a da previdência social, a terceirização da rede de água e esgoto, o desmonte da educação e do incentivo à ciência e pesquisa, entre outros, que expressam seu projeto neoliberal conservador de superveniência aos interesses do capital e que resultam no aumento da desigualdade social (YAZBEK, 2020).

Essas expressões se intensificaram no início de 2020, com a crise sanitária imposta pela pandemia da covid-19, levando a um nível ainda mais alto a precarização da vida dos (as) trabalhadores (as) que agora são obrigados (as) a trabalhar arriscando suas vidas face a um vírus ainda pouco conhecido e de alta contaminação e mortalidade, ou até perderam seus empregos, expressando a realidade do desemprego massivo no Brasil atualmente. Terceirização, reforma previdenciária, reforma trabalhista, PEC 95 deixam ainda mais inseguras as relações de trabalho e as condições de atendimento à população brasileira em período de pandemia.

A centralidade do capital financeiro e seu domínio sobre o capital produtivo traz consequências graves para a “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2013), com a manutenção de taxas elevadas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, crescimento do trabalho informal e precário, redução de salários, precarização das relações de trabalho, incluindo terceirizações e contratos por prazos determinados, assédios, sofrimentos e adoecimentos, entre outros aspectos. Cenário que as contrarreformas neoliberais, principalmente a EC 95, só fizeram agravar, fragilizando o já precário funcionamento do SUS, do SUAS, da Previdência Social, ou seja, exatamente as políticas de Seguridade Social que neste momento estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas sem prover, contudo, a seus milhares de trabalhadores e trabalhadoras, entre os quais assistentes sociais, condições materiais, técnicas, de segurança e proteção social da vida, indispensáveis para a realização do trabalho social na linha de frente do atendimento à população nos territórios das cidades (YAZBEK, 2020, p.208).

Para além de todas essas questões, no Brasil com Bolsonaro, e em outros países, como nos Estados Unidos, com o presidente Trump, ocorre a deslegitimação da pesquisa e da ciência, desconsiderando os dados da gravidade da covid-19 e a necessidade de medidas de prevenção.

Subestimando a doença e apresentando tratamentos fáceis e não comprovados, o (des) governo federal tem legitimidade popular para liberar a abertura do comércio, desaprovar o uso obrigatório de máscaras em locais

públicos e colocar a vida da classe trabalhadora em risco para que o capital não perca suas taxas de lucro.

Em uma análise que se propõe materialista e histórico-dialética, se torna imprescindível superar a visão imediata da realidade que se apresenta e entender as condições históricas e os determinantes estruturais que nos trouxeram a esse momento. É preciso entender o que está por trás do projeto do capital em curso no Brasil e os processos históricos que o legitimam. Projeto esse que não se desenvolve apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina e do mundo, porém com características e rebatimentos diferentes para os países de capitalismo tardio, como o Brasil.

Dessa forma, precisamos entender duas grandes crises que colocam desafios para a classe trabalhadora: a crise estrutural do capital, que se inicia nos anos 1970, e a crise do socialismo real (NETTO, 1995). Ambas são centrais para o entendimento dos caminhos que levaram ao projeto do capital atual e os instrumentos ideológicos para a sua legitimação.

A crise estrutural do capital foi resultado da progressiva queda das taxas de lucro, com estagnação econômica e alta inflação, crise de superprodução e crise internacional do petróleo. Segundo Mészáros (2002), essa crise se caracteriza como estrutural e se diferencia das crises cíclicas por quatro dimensões: seu caráter universal; seu alcance global; proporção de tempo permanente; seu desdobramento “rastejante”.

Seu caráter universal pode ser explicado tanto por abranger as várias formas de produção e trabalho existentes, como por suas manifestações atingirem as dimensões da vida social, tendo na esfera econômica a estratégia da acumulação flexível, num processo de reestruturação produtiva, na esfera política o neoliberalismo e na esfera ideológica a pós-modernidade ou até o irracionalismo.

Desnecessário dizer que esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica. Dadas as determinações inevitáveis do “círculo mágico” do capital referidas anteriormente, a profunda crise da “sociedade civil” reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas. Nas condições socioeconômicas crescentemente instáveis, são necessárias novas “garantias políticas”, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo Estado capitalista tal como se apresenta hoje. Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a crise estrutural de todas as instituições políticas já vem fermentando sob a crosta da “política de consenso” há bem mais de duas décadas. O que precisa

ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições políticas; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral (MEZAROS, 2002, p. 800).

A reestruturação produtiva significou para a classe trabalhadora a ampliação da exploração e precarização do trabalho, do desemprego estrutural e da desregulamentação. Essas medidas podem ser identificadas na realidade brasileira pelos retrocessos nas leis trabalhistas, pela facilidade nos contratos temporários e sem vínculo empregatício, terceirização, entre outras medidas que atingem os (as) trabalhadores (as) de forma objetiva e subjetiva.

Essas estratégias têm relação direta com o aumento da desigualdade social e do pauperismo da classe que vive do trabalho, se expressando de forma ainda mais evidente nos países de capitalismo tardio, como o Brasil, e países da América Latina.

Em um cenário econômico que reproduz a fome e a miséria, o Estado toma a posição de desresponsabilização frente às políticas públicas, privatizando empresas estatais e realizando contrarreformas. Somado a isso, o Estado assume a ampliação do uso da força como forma de manter a ordem. Em um cenário de pobreza e desespero, a repressão é usada como alternativa.

Essa realidade está evidente, hoje, com o discurso de um Estado “quebrado” que não tem condições de manter políticas públicas como saúde, educação pública, previdência social, entre outras, e se utiliza de uma política de extermínio da população negra e periférica, como forma de manter o *status quo*. Nesse contexto, são primeiramente atingidas, e de forma mais intensa, os (as) negros (as), as mulheres, os (as) indígenas e as populações LGBTQIA+, periféricas, ribeirinhas, historicamente marginalizadas, que têm as piores situações de trabalho e são invisibilizadas em suas condições precárias de vida.

Mészáros (2002) reflete a questão das mulheres na sociabilidade capitalista em meio à crise estrutural, nos auxiliando a melhor relacionar e entender a situação da população supracitada:

Assim, evidencia-se claramente que os sucessos parciais podem se evaporar de um momento para o outro – as mulheres estão entre os primeiros a serem forçados ao desemprego ou a empregos parciais miseravelmente remunerados –, já que os interesses globais do

capital predominam sobre os mais limitados. Dado o fato de que a questão real é o sistema existente de dominação e que os sucessos significativos da liberação feminina obrigatoriamente abrem nele profundas brechas, minando sua viabilidade, qualquer coisa que não possa ser mantida estritamente dentro dos limites fixados pela busca de lucro deve ser reprimida. (MÉSZÁROS, 2002, p. 803)

Entendendo que a crise estrutural do capital não poderá ser superada com estratégias políticas ou econômicas (MÉSZÁROS, 2011), o capital se utiliza de meios ideológicos conservadores para promover a aceitação e o consentimento da população para a efetivação de seu projeto.

Os aparatos ideológicos são utilizados de forma a naturalizar o extermínio de determinadas camadas da população, predominantemente a população negra e periférica, reforçando sua marginalidade, propagando ideários neopositivistas e de irracionalismo, usados de forma a negar a razão dialética de totalidade da vida social. Dessa forma, naturaliza-se a pobreza e as desigualdades sociais, responsabilizando o próprio indivíduo e sua força de vontade pela superação dessa situação.

Dessa forma, chegamos às chamadas crises dos países pós-capitalistas ou do socialismo real, que se iniciam no fim dos anos 1980 e na década de 1990 e representa o esgotamento das experiências de sociedades pós-capitalistas (MÉSZÁROS, 2002) com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da ex-URSS. Ambas as experiências acabam por sustentar o discurso de direita, conservador, de impossibilidade da construção de sociedades para além do capitalismo.

O fortalecimento desse discurso rebate nos direitos sociais da classe trabalhadora, nos países em que ainda predominava a lógica da social democracia, estimulando a entrada na lógica do mercado livre, além de alegar que essas experiências representavam não apenas o fim do socialismo, mas do marxismo e de todo o seu legado (ABRAMIDES, 2019).

A crise das experiências de sociedades pós-capitalistas, e seu esgotamento, nada tem a ver com a importância e a atualidade do marxismo e de seu legado; pelo contrário, essas experiências tiveram expansões importantes e, para além dos países europeus, se tornaram mundialmente reconhecidas e aclamadas pela classe trabalhadora como experiências vitoriosas.

Porém, o esgotamento dessas experiências é utilizado como prova de seu fracasso e da impossibilidade da construção de uma nova ordem societária, sendo necessário superar esse desvio e voltar à “sociedade livre fundada no mercado”. Os pensadores burgueses tentam escamotear a barbárie, a miséria, a fome, o analfabetismo, o desemprego e a violência produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista, construindo a imagem de abundância e desenvolvimento para esse sistema como a melhor opção para todas as pessoas (NETTO, 1995).

A verdade é que a ordem burguesa, no seu patamar de desenvolvimento contemporâneo, continua apresentando a necessária contradição que é uma das suas marcas mais peculiares: no seu processo, objetivam-se compulsoriamente possibilidades de libertação e realização dos homens e realidades regressivas, mutilantes e opressoras; o diferencial efetivo entre possibilidades e realidades manifesta o cariz da barbárie que lhe é próprio. O assombroso, todavia, quando se considera a sua realidade atual, é que seus apologistas e arautos a situem como a forma adequada, modelar e desejável de organização societária, que estaria, em face da “crise do socialismo”, comprovadamente destinada a assinalar o “fim da história”; de fato, dada a evidente crise do *socialismo real*, o que essa consideração patenteia é, mais uma vez, “a sóbria verdade de que a supremacia econômica é capaz de produzir as formas mais inesperadas de mistificação ideológica” (MESZAROS, 1989, p. 170 apud NETTO, 1995, p.42).

Ambas as crises trouxeram consequências significativas para a organização da classe trabalhadora, com limites objetivos, pois o modelo de acumulação flexível acaba por tornar a classe trabalhadora mais heterogênea e diversificada, por meio de medidas que restringem as organizações sindicais, o autoritarismo e a repressão frente às manifestações. Como limites subjetivos, advindos da descrença na possibilidade de superação dessa ordem social, essa ideologia é difundida amplamente pela burguesia neoliberal.

Todos esses processos colocam a classe trabalhadora na defensiva e levam à busca da luta pelo possível na ordem do capital, pela social democracia e pela adequação do capitalismo. Grande parte da esquerda, com os partidos políticos e sindicatos, inserida nesse processo, passa a voltar suas lutas para a democracia política formal em âmbito institucional.

A acomodação social-democrática atinge fortemente o sindicalismo classista e a ação partidária no campo da esquerda, que subordina as lutas sociais – quando não as abandona – às lutas que são travadas no campo institucional. O processo de social-democratização do movimento sindical e da ação partidária conduz a uma capitulação

ideopolítica e programática, traz obstáculos e retarda o processo de lutas de classes, autônomo e socialista (ABRAMIDES, 2019, p.138)

A pulverização da classe trabalhadora brasileira e sua fragmentação se apresentam hoje de forma extrema na existência de nove centrais sindicais, existindo desde as mais engajadas e classistas até as mais conciliatórias.

Em nossos dias, a articulação *defensiva* do movimento dos trabalhadores - característica do século XX - não pode se manter indefinidamente se quisermos encontrar soluções historicamente viáveis para a crescente crise do sistema do capital. A divisão e articulação entre o “braço industrial” (os sindicatos) e o “braço político”(os vários partidos) do movimento da classe trabalhadora fracassaram em alcançar o *objetivo estratégico geral* do movimento socialista, que originalmente vislumbrávamos. Ambos os braços perderam o seu *potencial para a mudança social qualitativa* porque, por um lado, concordaram em confinar a ação sindical às limitadas (e indiscutivelmente divisionistas, estratificantes) melhorias salariais. Isso significou renunciar institucional/organizacionalmente à necessidade vital de *tomar o controle* sobre as unidades de reprodução material. De outro lado, limitaram a ação política dos partidos da classe trabalhadora a *objetivos reformistas de integração*, que puderam ser bem assimilados ao quadro da reprodução do capital. Assim, os *imperativos* da reprodução do capital e suas correspondentes *imposições* puderam prevalecer com toda sua pretensão para “democracia parlamentar” (MÉSZÁROS, 2011, p.149).

Os (as) assistentes sociais estiveram fortemente articulados (as) desde a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em muitos estados, organizados (as) em seus sindicatos (até a deliberação pela CUT da organização sindical por ramo de atividade econômica), referenciados pela CUT nos anos 1970 e 1980, com atuações importantes nas lutas mais gerais e em direções regionais, estaduais e até nacionais da Central Sindical. A vanguarda profissional também esteve presente nas lutas junto aos partidos políticos, com atuação importante em partidos como PT e PCdoB (ABRAMIDES, 2019).

Nesse sentido, as alterações nas organizações coletivas da classe trabalhadora, pós-crise estrutural do capital e pós-crise dos países pós-capitalistas, fazem com que esse giro organizativo dos partidos políticos e sindicatos leve os (as) assistentes sociais a voltarem suas lutas para o âmbito institucional e politicista na defesa das políticas sociais, por meio de conselhos de direitos principalmente.

Os (as) assistentes sociais, como trabalhadores (as) assalariados (as), inseridos (as) na divisão social, técnica e racial do trabalho, sofrem diretamente com as alterações da acumulação flexível, com a precarização do trabalho, do

desemprego e da superexploração. Dessa forma, se torna essencial o reconhecimento dessa condição de classe e da perspectiva de que não se deve cair nas ilusões politicistas do plano institucional, de lutas voltadas para a adequação da sociabilidade burguesa.

No capítulo seguinte, analisamos a organização política dos (as) assistentes sociais, sua atuação nas lutas da classe trabalhadora, principalmente no período de declínio da ditadura militar e instituição da CUT, assim como a atual conjuntura para a organização dos (as) assistentes sociais e os rebatimentos municipais e nacionais para essa realidade.

2. AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS: O QUE SÃO?

Segundo Marx e Engels (2008), a história da humanidade é a história da luta de classes, sendo, nesse sentido, um constante embate entre classe trabalhadora e burguesia na defesa de seus interesses antagônicos. As classes sociais são estruturantes do modo de produção capitalista e se constituem a partir da análise de seu papel e sua função no processo produtivo.

No capítulo anterior, foram analisadas as principais categorias que perpassam o modo de produção capitalista como terreno da luta de classes.

Em uma análise marxista, não se entende as classes sociais a partir de sua renda, mas, inicialmente, a partir da posição que ocupam no processo produtivo, podendo ser a classe possuidora dos meios de produção ou possuidora da força de trabalho. Dessa forma, enquanto uma classe produz riquezas, a outra classe é expropriada de toda essa riqueza.

Nesse cenário de embate entre interesses antagônicos, as classes burguesa e trabalhadora desenvolvem no decorrer da história diferentes instrumentos para luta e defesa de seus interesses. Enquanto a burguesia utiliza-se de ferramentas como o Estado burguês, as mídias e outras instituições de organização e difusão dos seus interesses, a classe trabalhadora, por sua vez, desenvolve formas de organização e luta pelos seus interesses. Ao longo da história da humanidade, podemos identificar como exemplos dessas organizações, os sindicatos, os partidos políticos e as greves.

Dessa forma, é importante entender que as organizações coletivas têm necessariamente a articulação de um interesse de classe, podendo tanto ser classista e anticapitalista, lutando na direção dos interesses da classe trabalhadora, como também de manutenção da ordem burguesa. As organizações coletivas são, nesse sentido, a organização de sujeitos, na articulação e na luta de seus interesses de classe.

A classe trabalhadora foi ao longo da história desenvolvendo um conhecimento acerca das formas organizativas mais eficientes para a luta do proletariado, por meio de suas experiências políticas, respaldadas no materialismo histórico-dialético e no marxismo.

Lênin⁴ e Rosa Luxemburgo⁵ são referências importantes para o tratamento das organizações coletivas, com divergências em alguns aspectos, mas concordando na questão central: a classe trabalhadora só triunfará por meio de organizações que prospectem pela revolução.

Lênin, em vários de seus escritos, trata da questão da organização, mais especificamente em sua obra “Que fazer?”, de 1902, que sinaliza a importância do partido na condução da classe trabalhadora para a revolução. Não cria fórmulas prontas e esquemas, mas, a partir de uma análise da realidade, identifica as condições históricas e possibilidades para a transformação.

Para Lênin, a apreensão da ciência crítica articulada à prática revolucionária é imprescindível para a organização do proletariado na transformação da sociedade, afirmação esta que está expressa na frase “Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária” (LENIN, 1902, p. 25).

O proletariado, no seu processo de tomada de consciência, passa por diferentes espaços e níveis de organização, como os sindicatos, enquanto reguladores das suas relações de trabalho, e outros que perpassam a regulação de seus direitos de salário, horas de trabalho, férias, entre outras questões limitadas ao âmbito econômico.

Lênin (1902) sinaliza a distinção da atuação dos sindicatos para a atuação revolucionária, situando a luta dos sindicatos enquanto uma luta econômica contra os patrões e o governo. É importante apontar que organizações operárias seriam o que também chamamos de sindicatos e que o termo social-democrata era nesse período tido como uma referência similar ao revolucionário. Essa questão se transformou após a Revolução Russa de 1917 e, hoje, se refere aos reformistas.

As organizações operárias para a luta econômica devem ser organizações profissionais. Todo operário social-democrata deve, sempre que possível, apoiar essas organizações e aí trabalhar ativamente. Bem, mas não constitui nosso interesse exigir que só os sociais-democratas possam ser membros das uniões “corporativistas”: isso restringiria nossa influência sobre a massa. Deixemos participar na união corporativa todo operário que compreenda a necessidade de se unir para lutar contra os patrões e o governo (LENIN, 1902, p.102).

⁴ Vladimir Ilyich Ulianov (1870- 1924), conhecido como Lenin foi um revolucionário russo. Sua teoria política, o “Leninismo”, influenciou na formação e orientação dos partidos de esquerda mundialmente.

⁵Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma revolucionária e teórica marxista polonesa, naturalizada alemã. Tornou-se uma destacada dirigente do movimento comunista internacional.

Nesse sentido, em uma análise marxista, essas formas de organização estão mais ligadas à reforma do Estado burguês do que a um processo real de transição ao socialismo. Luxemburgo, no entanto, qualifica essas lutas como um caminho para o processo de tomada de consciência, uma vez que na luta o proletariado adquire consciência de sua condição de classe, e a saturação dessa organização une forças para a revolução, como podemos entender melhor na citação seguinte, em que a referida autora reflete sobre a revolução de 1905 na Rússia:

O repentino levante geral do proletariado em janeiro, sob o impulso considerável dos acontecimentos de São Petersburgo, foi exatamente um ato político de declaração de guerra revolucionária ao absolutismo. Mas essa primeira ação de classes direta teve um efeito interno ainda maior ao despertar, pela primeira vez, como um choque elétrico, o sentimento de classe e consciência de classe de milhões e milhões. E esse despertar do sentimento de classe expressou-se imediatamente da seguinte maneira: uma massa de milhões de proletários chega de súbito, de maneira viva e incisiva, à consciência da insustentabilidade daquela existência social e econômica que havia suportado pacientemente durante décadas de acorrentamento capitalista. Começa então um movimento espontâneo geral para sacudir e quebrar esses grilhões [...] Aqui se luta pela jornada de trabalho de oito horas, ali contra o trabalho eventual, aqui mestres brutais são “levados para fora” num saco em carrinhos de mão; alhures se luta contra sistemas penas infames; em todo lugar por melhores salários e, aqui e ali, pelo fim do trabalho doméstico (LUXEMBURGO, 2011, p. 285).

Com isso, por meio da organização e das lutas, através de greves, manifestações e congressos, a classe trabalhadora toma consciência de sua condição de classe e da insustentabilidade daquela sociabilidade. Luxemburgo chega a comparar essa instrução do proletariado russo com o alemão, dizendo que: “[...] um ano de revolução deu ao proletariado russo aquela ‘instrução’ que trinta anos de luta sindical e parlamentar não puderam dar artificialmente ao proletariado alemão”. (LUXEMBURGO, 2011, p. 322)

Lênin (1902) também se refere a essas organizações e lutas como um despertar da consciência, mas que não podem se limitar a reivindicações, que são apenas o “embrião da luta de classes”. O proletariado deve então desenvolver sua organização para além de ações espontâneas, tomando consciência da oposição irreduzível entre seus interesses e os interesses da ordem existente.

Os tumultos primitivos já traduziam certo despertar da consciência: os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime

que os oprimia; começavam... Não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva, e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de luta. As greves após 1890 mostram-nos melhor os lampejos de consciência: formulam-se reivindicações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-se certos casos e exemplos de outras localidades etc. Se os tumultos constituíam simplesmente a revolta dos oprimidos, as greves sistemáticas já eram o embrião, mas nada além do embrião - da luta de classe (LENIN, 1902, p. 31).

Lênin (1902) defende que é através do partido revolucionário que a classe trabalhadora passará das ações espontâneas para a ação política revolucionária. Dessa forma, é necessário que o partido esteja preparado, atento e munido de disciplina para conduzir a classe trabalhadora à revolução através do conhecimento teórico revolucionário.

Nesse sentido, tanto Rosa como Lênin convergem no entendimento de que os movimentos espontâneos são importantes motores para instigar a consciência e a organização, mas não podem se findar em si mesmos. As lutas por reformas do Estado burguês na melhoria de saúde, educação, trabalho, transporte e alimentação são importantes e imprescindíveis para a manutenção das condições de vida da classe trabalhadora, mas as reformas se limitam a isso e não serão cumulativas no sentido da chegada ao socialismo. É apenas com a revolução que o proletariado alcançará a construção do socialismo; essa construção não se dará através das reformas de forma gradual, como frisa Rosa (2010, p. 99):

É inteiramente falso e contrário à história representar-se o esforço pelas reformas unicamente como a revolução desdobrada, no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Não se distinguem uma transformação social e uma reforma legal pela duração, mas pelo conteúdo. É precisamente na transformação de simples modificações quantitativas em uma nova qualidade ou, mais concretamente falando, na passagem de um dado período histórico, de dada forma de sociedade, a outra, que reside todo o segredo das transformações históricas pela utilização do poder político (LUXEMBURGO, 2010, p. 99).

2.1 A formação sociopolítica brasileira e suas formas de organização coletiva.

O modo de produção capitalista como terreno da luta de classes cria as condições e circunstâncias em que se darão essas lutas, sendo influenciadas tanto pelo nível de consciência da classe trabalhadora em dado período, como

também no período em que se analisam as crises do capital, como frisam Montaño e Duriguetto (2011, p.113):

[...] o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a fase expansionista ou recessiva do capital, a existência ou não de crise, a correlação de forças sociais, o grau de consciência de classe, de organização dos trabalhadores (em sindicatos, em partidos), a articulação/desarticulação dos variados grupos de interesse, tudo tende a particularizar os momentos diversos no processo de luta de classes.

Nesse sentido, para entender a classe trabalhadora brasileira, suas formas de consciência, luta de classe e organização, é necessário fazer um breve apanhado sobre a colonização, a escravidão e as condições do fim da escravidão no Brasil. E, ainda, a forma como a revolução burguesa se deu no Brasil, a ditadura militar brasileira e seu rompimento. Todos esses fatores delinearão e influenciaram na formação da classe trabalhadora brasileira e suas formas de organização.

A colonização por exploração do Brasil por Portugal foi, no início, voltada para a expropriação e enriquecimento da metrópole, através da exportação de suas riquezas naturais para atendimento dos interesses comerciais de Portugal. É importante ressaltar a grande diferença da colônia de exploração ocorrida no Brasil para as colônias de povoamento, que visavam a valorização das riquezas e das potencialidades do espaço para a construção de um país. No caso do Brasil, nunca foi intenção dos colonizadores a ocupação do território para moradia, sendo realizada a ocupação na segunda fase da colonização devido à necessidade de defesa das fronteiras e da costa, contra a entrada de outros países e o contrabando (SANTOS, 2012).

Portugal recorreu ao “[...] revigoramento da escravidão na era moderna, uma vez que exploravam a costa da África e passaram a comercializar negros” (SANTOS, 2012, p.56). Nesse período, o mundo já vivenciava o contexto de capitalismo comercial, sendo a escravidão dos (as) indígenas e negros (as) no Brasil voltada ao comércio dos produtos, tendo uma configuração distinta do modo de produção escravista tradicional.

O modo de produção escravista brasileiro, seu processo de rompimento e as condições da população de origem africana no Brasil pós-escravidão trazem para a realidade brasileira particularidades quanto à situação dos (as) negros (as) e a estrutura da sociedade brasileira.

Os (as) africanos (as) foram sequestrados (as) e trazidos (as) compulsoriamente para outro continente em navios chamados “negreiros” em que era transportada uma quantidade de pessoas superior à capacidade desses navios, nas piores condições de higiene e alimentação, o que fazia com que dezenas morressem antes mesmo de chegarem ao destino. Estima-se que, do início ao fim do tráfico, em 1850, foram trazidos entre 8 e 9 milhões de mulheres e homens africanos para o Brasil (MOURA, 1988).

Essas pessoas foram sequestradas de seu continente, proibidas de cultivar sua religiosidade e cultura, separadas de sua família, torturadas física e psicologicamente, discriminadas pelas suas características físicas, animalizadas e escravizadas. Eram vendidas e usadas como produto. Homens, mulheres e crianças explorados (as) em plantações, nas lavras de ouro e/ou diamantes, no transporte de cargas, na limpeza das casas, cuidado das crianças e sexualmente sendo abusadas pelos seus senhores (MOURA, 1988).

O período de escravidão no Brasil perdurou por quase 400 anos e se finda em um processo lento e gradual, deixando como herança a violência e a brutalidade nas relações de trabalho, a desvalorização do trabalho braçal, o racismo. Quanto à população negra excluída do mercado de trabalho, sem moradia, sem terra para produção e sem condições de sobrevivência, é relegada à marginalidade. Essa população migra para os morros, constituindo assim as comunidades, mais conhecidas como “favelas”.

O trabalho nas fazendas de café priorizou os imigrantes brancos e pauperizados da Europa, como alemães, turcos, árabes, italianos, entre outros, que tiveram grandes incentivos do governo para virem para o Brasil (MASSON, 2016).

Essa realidade cravou no Brasil uma situação para a população negra de extremo preconceito e exclusão que perdura até os dias atuais. O povo negro ainda hoje é o maior número da população carcerária, o menor número nas universidades, e o que ocupa os piores postos de trabalho. E esse índice é ainda pior quando se trata de mulheres negras, que são as que mais morrem em trabalho de parto e por feminicídio e que têm o menor número de trabalhos com registros.

A forma com que se instaura o capitalismo no Brasil também é outro fator importante a se levantar, tendo em vista que ocorre preservando

características do período colonial, como o latifúndio e a monocultura voltada para a exportação.

O capitalismo brasileiro é consolidado por meio de um processo que Fernandes (2006), inspirado em Gramsci, denomina de “revolução passiva”, perpassada por conciliações e reformismos realizados por uma classe detentora de diversas vantagens, advinda dos sesmeiros, atuais latifundiários.

O modo capitalista de produção se desenvolve no Brasil em um período de imperialismo e monopolização do capitalismo mundial, em um processo de concentração e centralização, significando para o Brasil a impossibilidade de rompimento com o latifúndio e dificuldades para a consolidação da indústria e do mercado nacional.

A ideologia que perpassava os ideais revolucionários clássicos sempre esteve distante dessa realidade em que a democracia foi restrita com fins de preservação dos interesses de uma elite dominante, conforme destaca Iamamoto (2015, p. 131):

No País essa transição não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. Ao contrário, ela foi e é marcada por uma forma de dominação burguesa que Fernandes qualifica de “democracia restrita” – restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia.

A “democracia restrita” que perpassou a constituição do Brasil é uma das características do processo de “revolução passiva”, pois há uma retração na incorporação dos interesses da classe trabalhadora nos processos de decisões políticas. Dessa forma, os processos decisórios foram realizados pela classe burguesa “pela via do Estado e burlando os mecanismos democráticos” (SANTOS, 2012, p. 113). O Estado, dessa forma, historicamente se apropriou de demandas da classe trabalhadora, antecipando-se sempre aos movimentos e manifestações populares, de forma a manter a ordem e restringir a participação e mobilização, promovendo assim a despolitização em um discurso de “harmonia” entre as classes” (SANTOS, 2012).

No período de redemocratização do país, após 20 anos de ditadura militar, essa estratégia também é utilizada pela burguesia quando identifica a resistência da classe trabalhadora e a falta de condições políticas e financeiras

para a permanência do regime militar e instaura essa transição pelo alto, sem o julgamento dos crimes cometidos pelos militares e com eleições indiretas, com a permanência de militares na política.

Essa é mais uma das expressões que mostram a “via prussiana” ou, como já foi levantado anteriormente, a “revolução passiva” vivenciada pelo Brasil, quando os momentos decisórios da história do país são de definição da burguesia e de extrema exclusão da classe trabalhadora desses espaços.

A configuração das classes sociais no Brasil também é determinada por esses fatores, sendo formada uma elite burguesa autoritária, reacionária, mandonista, conservadora e, como pontua Florestan Fernandes (2013), com mais característica de uma relação de “colonizador” e “colonizado” do que de “empresário capitalista” e “assalariado”.

Isso evidencia o quanto a ordem civil ainda não atingiu mesmo grupos incorporados ao mercado capitalista de trabalho e ao sistema de relações de classes, demonstrando que a distância social entre as classes nem sempre é uma mera questão quantitativa. Aquele padrão compatibiliza a coexistência da tolerância e até da cordialidade com um profundo desdém elitista por quem não possuía a mesma *condição social*. O que faz com que aquilo que parece “democrático”, na superfície, seja de fato “autoritário” e “autocrático”, em sua essência. Esse patamar psicossocial das relações humanas é a nossa herança mais duradoura (e, ao mesmo tempo, mais negativa) do passado colonial e do mundo escravista. (FERNANDES, 2013, p. 38/39).

Essas estratégias da burguesia podem, de forma ideológica e política, inibir as formas de organização da classe trabalhadora, mas não impedem que aconteçam. A classe trabalhadora vive as contradições desse modo de produção cotidianamente e é por isso que historicamente se mobiliza e se organiza na luta e defesa de seus interesses.

No Brasil, no período escravocrata, o povo escravizado não aceitava passivamente a situação em que vivia e muitas são as manifestações de revolta e luta contra a escravidão. O Brasil é o segundo país com maior número de revoltas, fugas e outras formas de manifestação antiescravista pelos escravos (MOURA, 1988).

Essas mobilizações eram tanto de escravos (as) libertos (as) em organizações junto aos (às) camponeses (as), índios (as) e povo pobre, reivindicando a independência do país, por direitos na terra, entre outros. Como

também dos negros escravizados através de fugas e manifestações próprias (MOURA, 1988).

Os quilombos são a maior representação dessa resistência do povo negro, sendo a construção de uma “sociedade alternativa” para os negros. Existiram vários quilombos durante o período escravista, com variação de tamanho, com formas diferentes de organização e luta. Para se ter uma dimensão, o mais conhecido desses foi o Quilombo dos Palmares, que teve aproximadamente 30 mil habitantes.

Esses movimentos de resistência, muitas vezes ofensivos, alcançam o seu ponto máximo nas insurreições escravas do século XIX na Bahia. As revoltas de Salvador lideradas por escravos e negros livres iorubas, tapas, haussás e outros grupos escravos conseguiram colocar em xeque o poder imperial, assim como Palmares foi uma ameaça permanente ao domínio colonial. A última dessas insurreições (a de 1835) quase conseguiu tomar o poder na Capital da província da Bahia (MOURA, 1988, p.4).

O povo negro se une nesse espaço, quando foge solitário das fazendas e encontra no quilombo um lugar de abrigo, solidariedade e organização. Clóvis Moura divide esse estágio entre o momento em que o (a) escravo (a) se rebela sozinho (a) e foge, e o segundo momento quando ele (a) encontra organização coletiva nos quilombos como uma tomada de consciência para seu sentido social e coletivo. (MOURA, 2001)

O seu protesto solitário adquiria um sentido social mais abrangente e já se expressava em atos de interação coletivos. O quilombo era, portanto, um ser social com uma visão menos fragmentária da necessidade de negar coletiva e organizadamente o instituto da escravidão. (MOURA, 2001, p. 103)

Essa transformação da consciência é comparada à dimensão da classe em si e da classe para si, dimensões dialéticas, sendo a primeira a simples condição de classe e a segunda a consciência enquanto classe e organização para a luta dos interesses dessa classe (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Ao longo da história, outros movimentos e organizações podem ser identificados, como em 1910 e 1920, com rebeliões de movimentos proletários, que foram respondidas pela burguesia reacionária brasileira com autoritarismo, para o abafamento dessas mobilizações, mas também com o início da utilização de instrumentos estatais para a promoção do consenso. Através da pressão da classe trabalhadora, a questão social deixa de ser tratada apenas como caso de polícia (PAULA, 2016).

A Revolução Russa de 1917 também traz influências de organização política para a classe trabalhadora brasileira, que funda o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que é, desde então, uma importante organização partidária de esquerda no Brasil.

Ainda em 1917, aconteceram importantes movimentos espontâneos de greves, mas que não tiveram uma organização com condução classista e acabaram sendo massacrados por forte repressão, como reflete Paula (2016) a partir de uma análise de Mazzeo (1999).

Ainda de acordo com Paula (2016, apud MAZZEO, 1999), diferentemente das greves de 1917, em 1918 a Insurreição no Rio de Janeiro foi marcada pela organização e pelo planejamento com o objetivo de tomar o poder e construir um governo popular.

Entre as importantes organizações da história do Brasil, temos também a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização de defesa da luta armada para a tomada do poder e que reuniu comunistas, anarquistas e social-democratas, levando à Intentona Comunista em 1935.

O processo de redemocratização brasileira também é liderado por um movimento de organização da classe trabalhadora em que diversos sindicatos, associações de bairros e movimentos sociais se organizaram para lutar por suas causas e bandeiras. O Movimento de Reforma Sanitária é um deles, que ressignifica o conceito de saúde pública no Brasil. A Reforma Sanitária traz para o centro do debate a população, os trabalhadores da saúde e os especialistas, formando um processo democrático e de grande evolução na garantia da saúde pública do Brasil.

Esse movimento tem início no fim da década de 1970 e se intensifica em 1980, resultando na conquista da redemocratização do país e da Constituição Federal de 1988, que traz conquistas importantes no âmbito dos direitos sociais.

São organizações como essas que se busca encontrar na presente dissertação. Organizações coletivas como formas de articulação, independentes de instituições e governos, em que um grupo se junta em prol de pautas e lutas políticas, são: movimentos sociais, partidos políticos, coletivos, sindicatos, entre outros.

A pesquisa realizada é voltada para a apreensão dessas formas de organizações em que os (as) assistentes sociais estão inseridos (as), e, para essa compreensão, foi necessário um apanhado histórico das organizações da classe trabalhadora no Brasil, entendendo os (a) profissionais de serviço social enquanto trabalhadores (as) e enquanto sujeitos coletivos inseridos na realidade social brasileira, o que influencia suas formas de lutas historicamente.

Dessa forma, no próximo tópico, entenderemos quais são os históricos de luta e organização coletiva dos (as) assistentes sociais e como os governos do Brasil e a conjuntura influenciaram nessas organizações até os dias atuais.

2.2 O histórico organizativo dos (as) assistentes sociais e os governos pós-ditadura militar

A pesquisa objetiva identificar as organizações coletivas e independentes nas quais os (as) assistentes sociais se inserem enquanto classe trabalhadora e enquanto cidadãos (ãs).

Esta pesquisa, dessa forma, se difere de uma análise do trabalho profissional junto aos movimentos sociais, por exemplo, que é uma competência reconhecida pela Lei de Regulamentação da profissão (nº 8662/93) expressa no artigo 4º (inciso 9), e pode acontecer, por exemplo, através de assessoria, como podemos analisar neste manifesto do CFESS de 2018:

A partir de diferentes frentes, são apresentadas como demandas aos/às profissionais: formação dos/as trabalhadores/as por meio de cursos e publicações, com o intuito de debater a precarização das relações de trabalho; articulação com entidades públicas, no que diz respeito à saúde do/a trabalhador/a; articulação com outras organizações e fomento ao controle social; acompanhamento social dos casos de adoecimento, acidentes e assédio no espaço de trabalho.

O trabalho dos (a) assistentes sociais nos movimentos sociais é de extrema importância para o fortalecimento e para a defesa dos direitos sociais e políticos dos sujeitos organizados nesses movimentos, expressando uma visão de mundo e uma direção política para esses movimentos.

Nesse sentido, reconhecemos a importância e a necessidade do avanço e de maiores estudos dessa competência profissional; no entanto, não é esse o nosso objeto de pesquisa. Buscaremos conhecer a organização política dos (a)

assistentes sociais, visualizando os espaços onde estes (as) se encontram por compromisso político e não na relação de trabalho profissional.

Os (as) assistentes sociais, se reconhecendo enquanto classe trabalhadora explorada e atingida pelas opressões de raça, gênero, orientação sexual, entre outras, se organizam em espaços enquanto sujeitos coletivos, como no sindicato de seu ramo de trabalho, ou em movimentos sociais, como o feminista, o movimento negro, os grupos de bairro e os partidos políticos.

No fim dos anos 1970, ocorre no Brasil a eclosão das mobilizações sociais operárias, com a organização de greves e grande articulação política nacional da classe trabalhadora que reivindica condições de vida, moradia, trabalho, por políticas públicas sociais, por educação, saúde, luta pela anistia e pela reforma agrária, com o surgimento inclusive do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Toda essa mobilização impulsiona o processo de redemocratização do país após mais de 20 anos de ditadura militar (ABRAMIDES, 2019).

Os (as) assistentes sociais estavam inseridos (as) nesses espaços, em sindicatos nacionais e da categoria, movimentos sociais e partidos políticos (quantidade significativa no Partido dos Trabalhadores [PT]). Essa articulação com os movimentos classistas propicia à profissão condições políticas para a construção da intenção de ruptura no “Movimento de Reconceituação”, principalmente representado pelo Congresso da Virada, em 1979, e que resulta no Projeto Ético Político do Serviço Social.

As condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social Brasileiro devem ser avaliadas considerando-se os seguintes componentes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional, que ingressa nos cursos de Serviço Social, composto por camadas médias e empobrecidas, e de como as vanguardas profissionais e acadêmicas são vanguardas de militância política e social (ABRAMIDES, 2019, p. 85).

No fim dos anos de 1970, a categoria passa de três entidades sindicais para 22 entidades, resultado de compromisso, luta e organização de assistentes sociais que rodaram o país debatendo e articulando a organização sindical dos (as) profissionais. Esses (as) profissionais estiveram em movimentos de massa nas lutas sindicais, dos (as) sem-terra, das mulheres, dos (as) negros (as), das políticas públicas, dentre outros.

A organização sindical começa a se transformar em 1990, com a mudança na estrutura de decisão, que passa a ser por posição política majoritária, como explicita Abramides (2019, p. 93):

Progressivamente, a concepção de democracia “de maioria” que desconsidera as posições divergentes minoritárias, de forma gradativa, nega e/ou reduz o critério de proporcionalidade política, alastrando-se no movimento sindical.

Essa organização coletiva e independente da classe trabalhadora nos anos 1970 e 1980 sofre ataque mais fortemente com as primeiras manifestações neoliberais no Brasil, já em 1988, no governo Sarney. Mas é com a presidência de Collor, em 1989, que efetivamente o projeto neoliberal se estabelece no país. Fernando Collor de Mello é o primeiro presidente eleito após 20 anos de ditadura militar e quatro anos de transição. É eleito um ano após a instauração da Constituição Federal de 1988 (ABRAMIDES, 2019).

E é com apenas um ano da Constituição Cidadã que representa uma conquista da classe trabalhadora organizada que lutou e construiu esse documento histórico, que ela começa a ser desmontada pelo governo Collor, com medidas de desmanche do Estado e privatizações como medida para o combate à inflação (ABRAMIDES, 2019).

O país sofre nesse período uma de suas maiores recessões, resultante das medidas deflacionárias do governo, e, conseqüentemente, a população entra em uma situação de ainda maior empobrecimento (ABRAMIDES, 2019).

Em curto espaço de tempo, pode-se constatar que a aventura eleitoral que conduziu Collor de Mello à presidência demonstrou sinais evidentes de esgotamento: recessão, inflação, crise econômica e social profundas, instabilidade política, tensão no interior das classes dominantes e dirigentes, corrupção escancarada; elementos mais que suficientes de um descontentamento generalizado, voltado ao Presidente da República (ABRAMIDES, 2019, p.151).

Todos esses sinais de esgotamento são somados a escândalos de corrupção no governo, que, com grandes manifestações, cobranças e investigações, resultam no impeachment de Collor de Mello, assumindo a presidência o seu vice Itamar Franco, que, no seu curto período como presidente, dá continuidade à agenda de governo liberal.

As medidas neoliberais ganham radicalidade nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), que segue à risca os ajustes estabelecidos pelo Consenso de Washington, atendendo aos interesses do capital internacional, evidenciados por medidas como a de liberação da

exploração do petróleo por empresas estrangeiras, estatais e privadas. E, com a extinção da prioridade das empresas nacionais na prestação de serviços públicos, essas e outras medidas explicitam a entrega da soberania nacional aos interesses do capital internacional.

Os decretos e as contrarreformas no governo FHC adotam o receituário da ordem econômica do grande capital pela privatização de empresas estatais rentáveis e de monopólios de áreas estratégicas para o país pela introdução de oligopólios. Em relação aos direitos sociais, reduz-se a previdência social e incentiva-se a previdência privada; a saúde e a educação são “publicizadas” sob a intervenção e soberania do mercado, aliadas às privatizações operacionalizadas nas OS (Organizações Sociais); as políticas sociais se transformam em políticas compensatórias; os direitos dos trabalhadores são revistos (estabilidade no emprego, direito de greve) (ABRAMIDES, 2019, p. 155).

Quanto às organizações coletivas, nesse período, sofreram com as formas de cooptação e de negociação, quando muitos sindicatos se submeteram e abdicaram do direito de greve (ABRAMIDES, 2019).

A greve nacional dos petroleiros de 1995 é um dos episódios da criminalização do direito de greve e é retratado mais detalhadamente por Abramides (2019), que relembra a coerção sofrida pelos petroleiros, que reivindicavam reposição de perdas salariais e soberania nacional. A greve de 30 dias terminou com a decisão de ilegalidade do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com apoio do governo, cobrando R\$ 100 mil por dia parado da Federação Única dos Petroleiros.

A classe trabalhadora é, nesse período, dilacerada de várias maneiras, como frisamos anteriormente, com privatizações, desemprego, desregulamentação das relações de trabalho, contrarreformas do Estado, reforma sindical, previdenciária e do ensino superior, e, não menos importante, com a retração das políticas sociais públicas, sua mercantilização e desresponsabilização do Estado, como a política de saúde e educação. As medidas direcionadas à população eram de viés compensatório, focalizadas e direcionadas para a extrema pobreza (ABRAMIDES, 2019).

Entre 2003 e 2011, nos dois mandatos de Lula, pelo PT, o projeto neoliberal tem continuidade, dando “prosseguimento à política fiscal e monetária que vinha sendo realizada por FHC” (ABRAMIDES, 2019, p. 174). Os ganhos para os bancos e para o grande capital não apenas cresceu, mas foi o maior da história até aquele momento, como o próprio ex-presidente Lula

falou em um de seus discursos: “Os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como durante o meu mandato”.

O que não é frisado pelo presidente é que os lucros dos bancos custaram o endividamento da classe trabalhadora, que, impulsionada a consumir e a buscar empréstimos, acaba presa a juros (ABRAMIDES, 2019).

O governo Lula, que gerou esperança e grande expectativa para a classe trabalhadora, para os movimentos sociais e para a esquerda brasileira, acabou por se eleger por um projeto de esquerda e governar um projeto de direita com contrarreformas significativas, como a previdenciária e a tributária, a sindical e a do ensino superior.

Lula argumenta suas medidas pelo comprometimento do quadro econômico, com orçamento comprometido pelo governo anterior, mas o governo vai muito além de superar esse comprometimento, encaminhando reformas neoliberais, como as citadas anteriormente, nomeando economistas alinhados ao neoliberalismo imperialista, adequando seu discurso de forma ideológica, moldando o ideário dos trabalhadores aos interesses neoliberais. Lula ultrapassou, e muito, o limite do que era necessário para a superação de um comprometimento econômico.

Nas áreas sociais, o programa mais significativo de seu governo foi o “Fome Zero”, um programa de cunho compensatório e assistencialista, em que seu próprio slogan – “O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome” – reforça um apelo de solidariedade e caridade que retira do Estado a responsabilidade e o compromisso com a garantia de alimentação e vida digna para os (as) trabalhadores (as). Essa narrativa acaba por descaracterizar as políticas sociais públicas estruturais como direito fundamental dos (as) trabalhadores (as) e dever do Estado.

Lula consegue manter a aliança com a classe trabalhadora por meio de políticas compensatórias, de incentivo ao consumo e ao mercado, como o caso dos programas “Bolsa Família” e “Minha Casa Minha Vida”, que foram motores para o avanço das grandes empreiteiras e para o mercado. O Prouni é também um programa representativo do governo Lula e amplia significativamente a presença em instituições de ensino superior de estudantes advindos das escolas públicas; porém o programa beneficia, também, de forma direta, empresas do setor educacional, na consolidação do setor privado mercantil.

Durante o governo Lula, houve, ainda, a valorização do salário mínimo, que teve um aumento de 53,7% e a ampliação do número de postos de trabalho formal.

A organização coletiva da classe trabalhadora no período do governo Lula caiu em um apassivamento, com a participação em setores do governo de dirigentes dos sindicatos e lideranças políticas, antes importantes para a organização dos movimentos, que acabam por abrir mão da luta independente e combativa. (IASI, 2017)

O pragmatismo petista também produz dois outros efeitos: o apassivamento dos segmentos mais atuantes da classe trabalhadora e o isolamento e estigmatização das posições de esquerda que resistia ao pacto e ao governo de conciliação de classes. O resultado geral do processo é oferecer as condições para o estabelecimento daquilo que Florestan Fernandes (1976, p. 363) denominou de “democracia de cooptação”, isto é, o caminho pelo qual a burguesia poderia incorporar segmentos sociais à ordem capitalista nos limites estreitos de um capitalismo dependente e da forma particular da revolução burguesa no Brasil, isto é, oferecendo muito pouco em troca da anuência dos trabalhadores em manter a sociedade capitalista, abdicando de formas mais avançadas de luta e da perspectiva revolucionária socialista (IASI, 2017, p.426).

O Serviço Social tem grande influência dos movimentos do PT, com grande número de profissionais filiados ao partido, e acaba por acender posicionamentos reformistas e até conservadores na profissão.

A inflexão moderada do PT recai com força no Serviço Social, faz reascender posicionamentos conservadores e arrasta grandes quantitativos desses profissionais para a defesa de projetos absolutamente reformistas (PAULA, 2016, p.162).

O período de governo Dilma (2011 a 2016) dá continuidade ao projeto neoliberal, já estabelecido no Brasil desde o governo FHC. Porém, nesse período, a luta de classes se torna mais evidente, com greves, mobilizações, ocupações e a eclosão de várias lutas.

Essas mobilizações sociais lutam contra ajustes neoliberais, perda de direitos, precarização do trabalho, demissões, reivindicação da demarcação de áreas pelos indígenas, privatização da saúde, retrocesso dos direitos trabalhistas, previdenciários e especificamente em junho de 2013 contra o aumento da tarifa do passe do transporte público da cidade de São Paulo.

A direita, que não se conformou com o resultado das eleições de 2010, se aproveita dessa eclosão das lutas e mobilizações da classe trabalhadora e

da baixa popularidade da presidente Dilma, que tem 65% de reprovação, para levantar a bandeira do “Fora Dilma”.

A ausência de uma esquerda fortalecida junto à classe trabalhadora nos últimos 10 anos, articulando as demandas dessa classe, faz com que a direita consiga conduzir essas mobilizações em que o Partido dos Trabalhadores se toma o grande inimigo. Nas manifestações, as pessoas que se vestissem de vermelho ou levassem bandeiras vermelhas eram hostilizadas e até agredidas verbalmente por serem identificadas como integrantes do PT.

Essas manifestações e a bandeira do “Fora Dilma” se iniciam em 2013, e em 2016 é votado na Câmara dos deputados o golpe da presidenta Dilma em um Congresso Nacional conservador e corrupto, onde “70% dos parlamentares que aprovaram a admissibilidade do impedimento, sem crime de responsabilidade, estão altamente comprometidos com a corrupção” (ABRAMIDES, 2019, p. 186).

É importante frisar que o golpe institucional de 2016 atende aos interesses da burguesia nacional e internacional e é patrocinado e legitimado pelo agronegócio, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), pela mídia e outros órgãos institucionais, que, não satisfeitos mais com as medidas neoliberais instauradas até ali, apostam na radicalização dessas medidas através da posse do até então vice-presidente Michel Temer (PMDB).

O Partido dos Trabalhadores naquele momento parecia assistir em choque ao que estava acontecendo, sem reação, perplexo. Houve manifestações e mobilizações contra o golpe, com atos significativos, mas que não intimidaram a burguesia golpista.

Michel Temer toma posse ainda em 2016 e, em seu governo, que vai até 2018, não decepciona no atendimento dos interesses dos que o colocaram ali. Aproveita-se da sua popularidade nula, de seu governo golpista para ser ágil no encaminhamento e na aprovação de medidas de retrocesso para previdência social, direitos trabalhistas, teto de gastos com congelamento de 20 anos no orçamento de política sociais, entre outras.

Os (as) trabalhadores (as) estiveram organizados (as) e resistentes contra as contrarreformas do governo Temer. A proposta de reforma da previdência, reforma trabalhista, de terceirização e a PEC nº 241 de

congelamento dos gastos sociais foram pauta de debates e divulgação da gravidade dessas medidas para a vida da classe trabalhadora.

Houve manifestações, ocupações significativas das universidades públicas e escolas, paralisações e greves, como a de 28 de abril de 2017, que teve uma dimensão histórica, sendo a maior já ocorrida no país. Outro movimento histórico foi o “Ocupa Brasília”, que levou 150 mil trabalhadores para a Praça dos Três Poderes, em Brasília, contra as medidas do governo Temer. Essas manifestações foram respondidas pelo governo com grande repressão, resultando no ferimento e prisão de manifestantes (ABRAMIDES, 2019).

As principais centrais sindicais começam a atenuar as organizações de greves e atuação direta, em troca de acordos e colaborações com o governo Temer para conseguir concessões ínfimas. A CUT também recua na intenção de focar as expectativas na candidatura de Lula nas eleições de 2018.

A classe trabalhadora ainda confia na pessoa de Lula, que, pelas pesquisas, conseguiria vencer as eleições. A burguesia, então, se articula entre Justiça, através da Lava Jato, e legitimação da mídia, o que resulta na prisão do ex-presidente Lula, tirando assim, a possibilidade de sua participação como candidato nas eleições.

Com o desemprego, a precarização do trabalho e o empobrecimento da população, as pessoas se tornam cada vez mais descrentes da política e das instituições burguesas. A esquerda, que permanece em busca de alternativas de conciliação e focada nas eleições, não consegue conduzir essa indignação e descrença para uma análise crítica do modo de produção capitalista em uma direção anticapitalista e anti-imperialista. Com isso, os mesmos que pediram o impeachment de Dilma agora são levados pela direita e pela ideologia burguesa à defesa de Jair Bolsonaro como a salvação para a situação do Brasil.

Eleito em uma campanha de cunho conservador, reacionário e militarizado, Bolsonaro tem um evidente direcionamento de classe, atendendo aos interesses do grande capital. Bertold Brecht (1935) já nos sinalizava que “o fascismo é a verdadeira face do capitalismo”. Bolsonaro, nesse sentido, apenas desmascarou a verdadeira face do capitalismo no Brasil.

Inclusive, o núcleo ideológico de Bolsonaro é mais evidente e debatido, enquanto o seu núcleo econômico, de contrarreformas e retrocessos, fica desconhecido pela população, com uma agenda ultraneoliberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, que assumiu como uma das primeiras medidas a aprovação da Reforma da Previdência.

Tempo de radical privatização, que destrói direitos trabalhistas, a Previdência Social, a universidade pública e o ensino superior federal público, pressionando sua privatização com o contingenciamento total ou parcial de verbas. Censura-se a universidade pública, as áreas de Filosofia e Sociologia são desqualificadas, e respeitáveis universidades brasileiras sofrem ameaças por supostas “balbúrdias”, a que são reduzidas manifestações críticas à ordem instituída. Ante reações da comunidade acadêmica e da imprensa, o contingenciamento se universaliza ao conjunto da educação pública. As universidades sofrem um contingenciamento de 30% de receitas, além de expressivas restrições de recursos no ensino técnico e no Fundo Nacional da Educação (IAMAMOTO, 2019, p. 440).

Em meio a um governo que nega a ciência, precariza as condições da pesquisa e da saúde pública no país, eclode no mundo no início de 2020 a pandemia da covid-19. Desde o primeiro momento, Bolsonaro assume uma posição negacionista diante do vírus, descibilizando sua contaminação e gravidade e menosprezando as formas de prevenção propostas pelos especialistas.

No entanto, assim como já foi pontuado, é importante novamente registrar que Bolsonaro não nega o coronavírus e incentiva a aglomeração por ignorância ou loucura; esse é uma estratégia de defesa do grande capital, impedindo que as grandes empresas fechem e fazendo com que a classe trabalhadora continue a trabalhar de bom grado.

Em abril de 2020, a classe trabalhadora, através de muita pressão, consegue o auxílio emergencial no valor de R\$ 600 para a população desempregada, autônoma e trabalhadores (as) informais. Atualmente, após um ano de pandemia, de ampliação da pobreza, da miséria e da fome no país, que chega a quase 19 milhões de brasileiros, o auxílio reduziu progressivamente, com valores entre R\$ 150 a R\$ 375 a depender da composição familiar, tendo um corte não apenas no valor, mas também no número de beneficiários.

Estamos hoje no início do segundo semestre de 2021 e, enquanto o mundo tem os números de casos e mortes reduzidos e avança na vacinação da população no Brasil sobe a curva de mortos, chegando a 4.249 mortes por dia e um total de 542 mil mortes até o momento.

Enquanto isso, o Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), faz um levantamento de que 19 milhões de brasileiros passam fome. Esse dado escancara a realidade do povo brasileiro, que atravessa nesse período um desafio duplo em que, quando não morre de covid-19, morre de fome.

É diante dessa realidade que a classe trabalhadora volta a realizar manifestações que ocupam as ruas em vários atos em todo o país, reivindicando o “Fora Bolsonaro e Mourão”, pela aceleração da campanha de vacinação contra a covid-19, pela ampliação do auxílio emergencial, contra a violência policial, entre outras pautas.

A convocação das manifestações reforçou a necessidade do uso de máscaras adequadas, álcool em gel e de distanciamento social, não se tratando de um movimento negacionista, mas de identificar que este momento é de necessária mobilização, pois, “se o povo precisa ir às ruas em meio à pandemia, é porque o governo é mais letal que o vírus”. Essa foi a grande chamada das organizações, que mostraram a capacidade de mobilização dos (as) trabalhadores (as) e que estes (as) não esperarão as eleições de 2022 para lutar contra a barbárie vivenciada atualmente.

Apesar dos desafios para a organização coletiva postos pela pandemia e da necessidade de distanciamento social, é importante que a esquerda brasileira se aproveite desse momento de reflorescimento das mobilizações para construir uma frente classista de organização pela base, voltando aos espaços de trabalho, sindicatos, escolas e periferia. Que tenha direcionamento à luta anticapitalista e que não repouse suas expectativas nas eleições presidenciais e nas lutas institucionais.

Cada um desses períodos e governos expressa suas particularidades em condições econômicas, sociais e políticas. No período de governo PT, o maior desafio para as organizações coletivas foi de manter sua autonomia e independência do governo, não caindo na institucionalização dos movimentos sociais, através da inserção das lideranças sem secretarias e conselhos de direitos, em um processo de cooptação em que as demandas e lutas dos movimentos sociais são reduzidas às pautas políticas públicas instauradas, de forma fragmentada e limitada ao institucionalismo.

Compreende-se que a participação social da população nas decisões do Estado através dos vários conselhos, fóruns, conferências, entre outros, podem contribuir em vários âmbitos para o desenvolvimento das políticas públicas, possibilitando uma maior transparência, publicidade e controle social. Com preparo, capacitação e consciência políticos, os (as) cidadãos (ãs) podem sim usufruir de forma positiva desses espaços, trazendo avanços para a população.

A crítica se direciona para as situações de exclusividade da luta institucional, prática que se torna mais evidente quando se tem governos de esquerda, mas que também está presente nos governos de direita.

No próximo capítulo, apresentaremos a pesquisa que foi realizada durante a pandemia da covid-19, que nos impediu de realizar entrevistas presenciais face às dificuldades decorrentes das medidas sanitárias das autoridades governamentais. Assim, utilizamos como instrumento de coleta de dados o formulário on-line do Google e com seu resultado analisamos o perfil profissional dos sujeitos, as formas de organizações coletivas em que os (as) assistentes sociais estão inseridos (as) atualmente na cidade de São Paulo, assim como as condições da não participação.

3. AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Neste capítulo, apresentaremos a sistematização e a análise dos dados da pesquisa realizada com os (as) assistentes sociais residentes ou trabalhadores (as) da cidade de São Paulo, estando estes (as) empregados (as) atualmente ou não. Nosso objetivo é identificar as formas de organizações coletivas em que os (as) assistentes sociais estão inseridos (as) enquanto sujeitos políticos.

A pesquisa de campo foi inicialmente planejada para ser realizada de forma presencial, por meio de entrevistas semiestruturadas. No entanto, a pandemia do coronavírus inviabilizou a realização dessa forma de pesquisa, e tivemos que adaptar a coleta de dados de forma remota, utilizando o formulário Google. O convite para participação na pesquisa foi divulgado por redes sociais.

3.1 O perfil dos (as) assistentes sociais sujeitos da pesquisa: formação e trabalho profissional

No total, foram obtidas 63 repostas via formulário, sendo que 51 dos (as) participantes se identificaram como mulheres, 10 como homens, um como não binário (a) e uma pessoa preferiu não declarar.

Esse dado da pesquisa reforça a feminização da categoria profissional. Como explicita Cisne (2004), trata-se de um processo sócio-histórico do Serviço Social, que, gestado no âmbito das relações capitalistas, evidencia a origem da profissão atrelada à Igreja Católica e a práticas caritativas. Naquele contexto, as ações eram desenvolvidas majoritariamente por mulheres advindas da classe burguesa, cujo perfil feminino estava diretamente relacionado a características de paciência, calma, afeto, sinalizando a origem conservadora da profissão e seu significado social, assim como apontam Iamamoto e Carvalho (2006, p. 227):

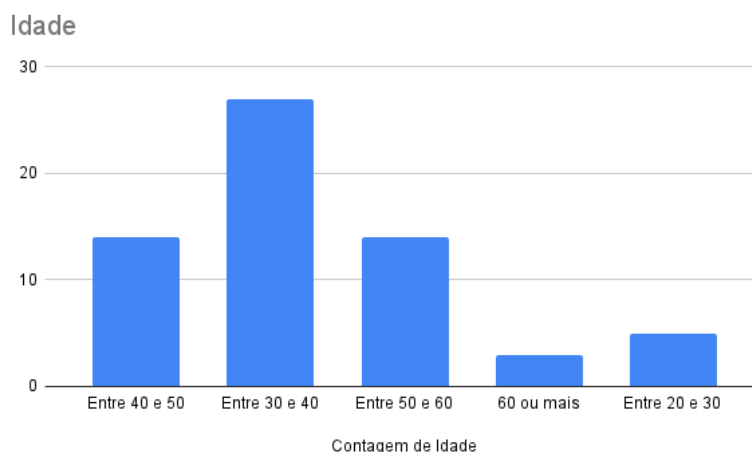
Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas [...]: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc.

A gênese do Serviço Social, portanto, tem suas práticas e valores voltados para as características atribuídas ao feminino; com isso, desde sua origem até os dias atuais, é possível evidenciar a maioria de mulheres como assistentes sociais (CISNE, 2004, p. 51).

A “feminização” é aqui compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho.

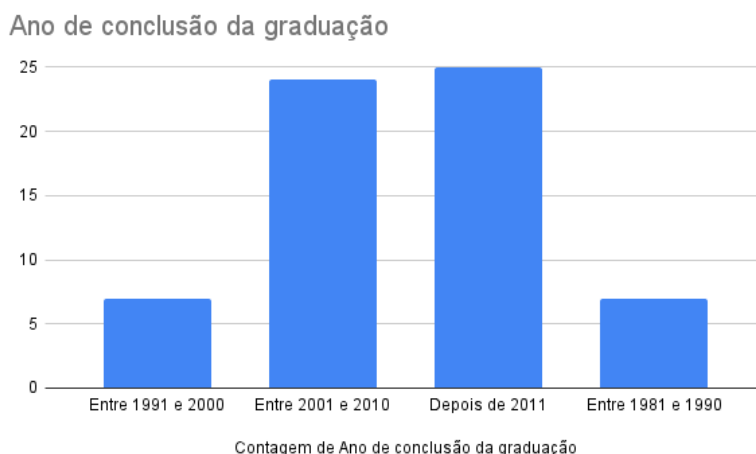
Quanto à idade dos sujeitos, 7,9% declaram ter entre 20 e 30 anos, 42,9% entre 30 e 40 anos, 22,2% entre 40 e 50 anos, 22,2% entre 50 e 60 anos e 4,8% mais que 60 anos.

Gráfico 1 - Idade



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

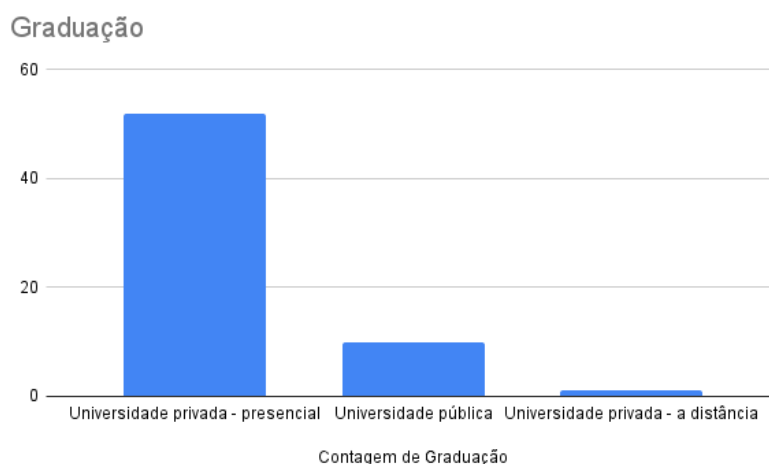
Em relação à formação profissional, 11,1% dos sujeitos se formaram entre 1981 e 1990, 11,1% se formaram entre 1991 e 2000, 38,1% se formaram entre 2001 e 2010, e 39,7% se formaram depois de 2011.

Gráfico 2 – Ano de Conclusão da graduação

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A grande maioria dos sujeitos se formou após 1996, período em que ocorre a aprovação das novas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em que são promovidas alterações que resultam em uma nova perspectiva de formação profissional em Serviço Social, como a compreensão de seu significado social, a apropriação do marxismo como corrente teórica que o fundamenta, possibilitando uma leitura crítica da realidade e a vinculação da profissão com a classe trabalhadora.

Outro dado importante da pesquisa sobre a formação profissional diz respeito às Instituições de Ensino Superior. Dentre os sujeitos, 52 têm formação profissional em Instituições de Ensino Superior privadas presenciais, 10 têm formação em universidades públicas e 1 tem formação em instituição privada a distância.

Gráfico 3–Graduação

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Com isso, se torna importante refletir acerca das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e das condições da formação profissional atualmente no Brasil, que apresenta um cenário de retrocesso e precarização da política de educação superior, ao mesmo em que vem se tornando mercadoria altamente lucrativa e especulativa, como sinaliza Silva (2016, p. 46):

O desmonte da educação se faz mais presente a partir do governo FHC, com a promulgação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional- LDB (1996), que tem consideráveis avanços, mas também é mecanismo de abertura da educação para o capital mundial. Essa realidade é aprofundada no governo Lula e Dilma, reflexo de toda constituição da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo, que a cada mandato se mostra cada vez mais refém das alianças que têm estabelecido para garantir sua governabilidade.

Segundo Silva (2016), a partir das recomendações do Banco Mundial para a ampliação do ensino superior, temos uma expansão desenfreada da modalidade de ensino a distância como forma de flexibilização do ensino superior. É necessário, dessa forma, refletir a quem é voltada essa modalidade de educação e para onde são direcionados os maiores investimentos na política de educação, sendo possível analisar que o acesso ao ensino a distância está direcionado para a classe trabalhadora e que a classe burguesa sempre teve acesso à educação pública e presencial.

As entidades representativas da profissão se posicionam contra tal modalidade de ensino, desde sua origem e avanço, por considerar que esta (SILVA, 2016, p.61):

[...] estrutura o processo de formação fragmentado, na medida em que não garante a articulação de ensino, pesquisa e extensão; barateia seus custos com a não contratação de professores e sim tutores; as referências bibliográficas são trocadas por apostilas formuladas por profissionais que não necessariamente tem reconhecimento nacional na produção científica da categoria de Serviço Social e que expressam suas interpretações nesses materiais acerca do que está preconizado nas diretrizes.

Dessa forma, o que se visualiza é uma formação que adéqua os (as) profissionais de Serviço Social às demandas do mercado e às políticas públicas focalizadas e fragmentadas e não um processo de formação conforme previsto nas diretrizes curriculares da ABEPSS, que possibilite articulação das três dimensões da profissão, com apropriação do marxismo ultrapassando a imediatividade (ABEPSS;CFESS; ENESSO, 2011, p.13).

Os cursos das universidades presenciais se mostram mais fortalecidos que a modalidade a distância por possibilitarem a relação entre os estudantes e professores, debates, acesso a bibliotecas, eventos extracurriculares, grupos de pesquisa e extensão, movimento estudantil, entre outros. Porém, também é de suma importância refletir sobre a precarização dos cursos presenciais, tanto particulares como públicos, que são igualmente atingidos pela órbita do capital e que, muitas vezes, precarizam esses espaços.

A cidade de São Paulo possui 14 universidades privadas que ofertam o curso de Serviço Social e nenhuma universidade pública. Essa realidade explica a porcentagem de 82,5% dos (as) participantes da pesquisa formados em universidades privadas.

Esse dado não é apenas local, mas uma realidade do Brasil nos últimos anos, com a expansão do ensino privado, que hoje tem 468 cursos de Serviço Social em funcionamento em Faculdades, Centros Universitários e Universidades, isso apenas na modalidade presencial. Um dado exorbitante, principalmente se comparado ao ensino público, que tem atualmente 52 cursos de serviço social.

De acordo com Pereira e Souza (2019), o cenário brasileiro em relação ao ensino superior encontra-se atualmente com mais de 70% de suas matrículas no ensino privado mercantil. No que condiz ao Serviço Social, as autoras colocam que, “a maioria das matrículas dos cursos de Serviço Social encontram-se em cursos ofertados na modalidade de EaD e, nos cursos presenciais, a maior parte encontra-se em IES privadas” (ALBIERO, 2021, p.165about PEREIRA e SOUZA, 2019, p. 113).

A conciliação de trabalho e formação profissional é um desafio imposto para a grande maioria dos (as) estudantes de Serviço Social, dado que é reforçado pela presente pesquisa, em que 90,5% dos (as) participantes foram estudantes trabalhadores (as). Sujeitos que se veem, muitas vezes, sobrecarregados com as demandas do trabalho e da formação profissional, o que pode levar à precarização dessa formação.

Retrato, mais uma vez, da precarização do ensino no Brasil e da inexistência de políticas de permanência que possibilitem aos estudantes acesso integral à universidade e a uma formação condizente às Diretrizes Curriculares da ABEPSS. O que nos leva ao próximo dado, em que 21 participantes declaram não ter participado de nenhuma atividade de extensão durante a graduação, 15 fizeram iniciação científica, nove compuseram grupos de extensão e dois participaram do Programa de Educação Tutorial (PET).

No que se refere à militância, 20 sujeitos declaram ter militado junto ao Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e 18 em outros movimentos sociais.

Quanto à formação continuada dos sujeitos da pesquisa, 25,4% declaram não terem feito nenhum curso de pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu*, 44,4% têm especialização (PG *lato sensu*), 25,4% fizeram mestrado acadêmico, 1,6% fez mestrado profissional e 11,1% fizeram doutorado.

Esse dado é relevante e mostra o compromisso da grande maioria dos (as) participantes da pesquisa com a educação continuada, comprometida com o aprimoramento intelectual e profissional, coerente com o projeto da ABEPSS, com o Projeto Ético-Político e com o Código de Ética, que tem previsto em dois de seus princípios o compromisso com a formação continuada:

Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; [...] Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 1993, online).

Dando continuidade aos dados coletados, 22,2% dos (as) participantes declaram não estar trabalhando atualmente como assistente social, o que pode ser explicado pelo aumento do desemprego. Segundo o IBGE, hoje no Brasil

há 14,8 milhões de desempregados (as), o maior índice já obtido na série histórica, a partir de 2012 (IBGE, 2021)⁶.

Entendemos que essas particularidades são relevantes para a compreensão do processo que determina, em grande medida, a participação ou não desses sujeitos em espaços de organização coletiva.

Dessa forma, no próximo tópico analisamos os dados empíricos quanto à organização coletiva dos (as) assistentes sociais na cidade de São Paulo.

3.2 O que são as organizações coletivas? Uma reflexão a partir das respostas dos sujeitos

Apreender o conceito de organização coletiva, refletir sobre suas formas em cada período histórico e seus significados, é um processo complexo, uma vez que tem contradições e controvérsias mesmo entre os (as) autores (as) marxistas.

O objetivo aqui não é estabelecer uma definição para organização coletiva, mas captar, através do movimento do real, as formas de organização presentes atualmente nas lutas da classe trabalhadora e, especificamente, para os (as) assistentes sociais.

Na pesquisa realizada quando indagado o que se entende por organização coletiva, os termos “interesse em comum”, “objetivo em comum” e outras variações aparecem em mais de 20 respostas, tais como:

Organização coletiva - grupo de pessoas com objetivos comuns - sociais e políticos - ações realizadas e dirigidas nessa direção. Exige constância e frequência. Além da partilha de princípios (éticos, políticos) comuns.

Atividade realizada por grupo com objetivo comum.

Seria a organização de pessoas com interesses comuns e em busca de reflexão, trocas, solução de problemas, lutas e resistências... as organizações coletivas são muito importantes para fortalecer e evidenciar potências sejam elas individuais ou coletivas.

Entendo que organização coletiva é um espaço onde pessoas com o mesmo objetivo buscam abrir diálogo, identificar problemas e criar ações que visem a melhoria nas condições sociais e de trabalho.⁷

⁶Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 24 Jul 2021.

Um objetivo em comum pode estar localizado tanto em pautas do cotidiano e da dimensão dos direitos sociais ou trabalhistas, como também pode se referir a um projeto societário construído coletivamente. Podem ser objetivos de preservação da ordem e dos interesses da burguesia ou de luta e enfrentamento para a conquista de direitos da classe trabalhadora. As organizações coletivas têm, dessa forma, uma dimensão de classe intrínseca a qualquer de suas lutas.

Os interesses em comum dos sujeitos dessas organizações, quando pautados em demandas imediatas, podem inclusive dividir a classe trabalhadora, que, no âmbito da imediatez, tem interesses distintos, que são voltados para a individualidade, por exemplo.

Nesse sentido, segundo Marx, deve prevalecer nas organizações da classe trabalhadora o exercício da solidariedade. A solidariedade de classe se coloca à frente dos interesses coletivos.

Marx tem perfeita consciência de que a compreensão e a defesa atuante dos interesses comuns de toda uma classe podem, muitas vezes, entrar em conflito com os interesses particulares de certos trabalhadores ou de grupos de trabalhadores. Podem, pelo menos, levar a conflitos entre os interesses de curto prazo e de alcance imediato de certos trabalhadores especializados, em sua ascensão social, e os interesses da classe como um todo. Por isso, é atribuída grande importância à *solidariedade*. A diferenciação entre a estrutura assalariada e as tentações da afluência crescente provocaram, em geral, um enfraquecimento da solidariedade de classe e, portanto, o enfraquecimento da consciência de classe nas sociedades altamente industrializadas (BOTTMORE, 1988, p. 129).

Nenhuma das respostas aponta as organizações como a luta por um projeto societário, pela construção de uma nova ordem societária. As respostas se pautam em lutas pelos direitos sociais, condições de trabalho, etc, como podemos analisar em algumas das respostas:

A organização coletiva é um instrumento que a classe trabalhadora pode utilizar para reivindicar melhores condições de trabalho.

Trabalhadores de uma mesma instituição, independente do cargo/função pensando e atuando juntos por melhores condições de trabalho.

Organização de um grupo em prol de um direito social.

[...] identificar problemas e criar ações que visem a melhoria nas condições sociais e de trabalho

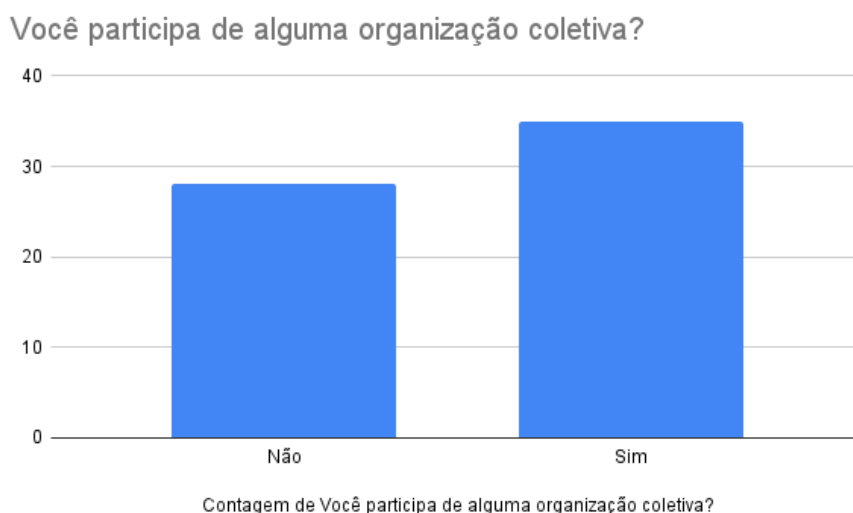
⁷ Respostas colhidas através da pesquisa de campo, realizada por meio de formulário Google online com 63 profissionais entre os dias 12/01/2021 e 30/04/2021.

Entendo ser indispensável para a defesa de direitos.

Porém, essas lutas, mesmo que pautando a conquista de direitos sociais e políticos, em âmbito imediato, podem prospectar lutas e construções para além da democracia burguesa na direção da construção de uma sociabilidade sem divisão de classes.

Foi também perguntado para os sujeitos da pesquisa se estavam atualmente participando de alguma organização coletiva, e 55,6% responderam que sim e 44,4% que não participam.

Gráfico 4–Participação em organizações coletivas



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Analizamos, no próximo tópico, as condições dessas organizações, os tipos de organizações, seus objetivos, a quanto tempo esses (as) profissionais estão organizados (as). Buscamos também entender o porquê da não participação dos (as) outros (as) 35 participantes da pesquisa.

3.3 As organizações coletivas e suas configurações

Existe atualmente uma variedade de configurações das organizações coletivas, como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, conselhos de bairro, entre outras, que variam na forma de filiação, lutas, debates, estudos, lideranças e processos decisórios.

Em 2004 foi realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), juntamente com todos os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), uma pesquisa com os (as) assistentes sociais que resultou na publicação do documento “Assistentes Sociais no Brasil – elementos para o estudo do perfil profissional”, que, entre outros dados sobre o perfil profissional, aponta informações quanto à participação política da categoria.

Entre os dados coletados naquela pesquisa, identificamos que 32% dos sujeitos participam de alguma organização política. Essa participação está distribuída da seguinte forma: 44,80% estão participando de movimentos da categoria de assistente social, 32,18% em movimento social (associações, movimento negro e de mulheres, entre outros), 12,62% em movimento partidário, e 10,40% atuam em movimento sindical (CFESS, 2005).

Na amostra da presente pesquisa, foi identificado que 35,3% dos (as) participantes se organizam em sindicatos, 11,8% em partidos políticos, 38,2% em movimentos sociais, 2,9% na diretoria do CRESS, 14,7% na base do CRESS e 32,4% em outros tipos de organização.

Os sindicatos que apareceram na pesquisa foram: Oposição Sindical, Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (SINDESEP), Coletivo de Oposição Sindical Servidores em Luta, Associação dos (as) assistentes sociais e psicólogos (as) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV), Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – ABRASTT, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção São Paulo (SINASEFE).

Como analisamos anteriormente, em 1986 a CUT deliberou pela nova organização sindical, com a extinção dos sindicatos por categoria e a construção de sindicatos por ramo de atividade econômica. Essa foi uma decisão democrática e amplamente debatida pela classe trabalhadora, sendo defendida por identificar nessa alternativa melhor opção de unificação das lutas e pautas dos (as) trabalhadores (as) do mesmo ramo (ABRAMIDES, 2019).

A categoria profissional dos (as) assistentes sociais, entendendo a importância da sindicalização por ramo, juntou esforços para a nova forma de

organização sindical. A Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) é extinta em 1994, e 23 dos 28 sindicatos dos (as) assistentes sociais também são extintos.

Atualmente, 30% dos (as) assistentes sociais estão sindicalizados, um número bem superior à média das outras categorias. Porém, a luta sindical tem vários desafios frente à conjuntura neoliberal, e no tocante à forma de organização e à luta política, principalmente pela direção que a CUT toma a partir de 1990.

A avassaladora investida neoliberal, a precariedade das condições de trabalho e o esfacelamento das políticas públicas, a quebra e destruição de direitos, o sindicalismo “cidadão e propositivo”, em substituição ao sindicalismo de combate, a condição defensiva em que se encontra o sindicalismo diante da ofensiva neoliberal e reestruturação produtiva, o giro sindical à social-democracia, a ilusão na democracia burguesa, o viés politicista da ação sindical, a luta no espaço da institucionalidade e no privilégio dos canais jurídicos-institucionais de democratização do Estado neutralizaram o processo de luta autônoma e independente da classe trabalhadora, ao longo dos últimos 30 anos, desde a implantação do neoliberalismo e reestruturação produtiva no país (ABRAMIDES, 2019, p.225).

Quanto à transitoriedade sindical, esta se encontra inconclusa, segundo Abramides (2019), fato que se dá principalmente devido a transformações do mundo do trabalho e seus impactos nas relações de trabalho e na organização sindical, mas também pela forma com que se dá a extinção dos sindicatos, acontecendo de forma heterogênea, a depender da organização das entidades. Enquanto algumas fizeram debates, seminários e orientaram os (as) profissionais para a filiação nos sindicatos por ramo de atividade econômica, outras foram se esvaziando até findarem suas atividades.

Apesar da deliberação e da orientação com unanimidade da ANAS pela transição para os sindicatos de ramo, entre as 28 entidades sindicais que existiam naquele momento, seis permaneceram em funcionamento, algumas dessas persistindo desde então e outras sendo reativadas posteriormente, como o Sindicato de Assistentes Sociais do Estado de São Paulo, reativado em 2003.

Em meio aos debates e organizações desses sindicatos, foi realizado em 2000 um evento no Rio de Janeiro em que foi criada a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS). Essa federação é atualmente filiada à CUT e, segundo a própria FENAS, o número de filiados é ainda insignificante em

comparação ao número de assistentes sociais que se organizavam nos sindicatos que foram fechados (PAULA, 2016).

Na nossa pesquisa, como vimos, nenhum dos sujeitos declarou participar de sindicatos por categoria. Todos os sindicatos mencionados são por ramo de atividade econômica.

É importante ressaltar que as entidades representativas da profissão (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) se posicionam criticamente a essas organizações, reafirmando a defesa da filiação dos (as) profissionais nas entidades sindicais por ramo de atividade econômica. Porém, as divergências não se restringem apenas à configuração em categoria ou por ramo de atividade, mas também na direção política defendida por essas entidades.

Sendo a FENAS filiada à CUT, percebemos que o projeto de profissão defendido nesse espaço articula-se com o projeto de sociedade defendido por ela e pelo PT. Com isso, percebemos que o embate que está colocado para o Serviço Social, em relação à organização sindical, não está centrado apenas no debate sobre sindicato por ramo ou por categoria. O que está em jogo é a disputa entre projetos de profissão diferenciados, pois o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO defendem um projeto ético-político pautado no campo do pensamento marxista, enquanto a FENAS articula-se a um projeto profissional que, em muitos pontos, se articula com os direcionamentos do PT (PAULA, 2016, p. 172).

Dessa forma, a luta da categoria segue sendo a organização dos (as) assistentes sociais nos sindicatos por ramo de atividade econômica, amplos, incorporando as reivindicações da categoria às lutas mais gerais de enfrentamento da precarização do trabalho, lutando pelo retorno de um sindicalismo combativo e independente.

Desde sua origem, através de suas lutas imediatistas e economicistas, os sindicatos serviram como instrumento de regulação da burguesia sobre a classe operária. No entanto, e contraditoriamente, servem como espaço de formação política e disputas de consciência, que deve estar a serviço da transformação estrutural da sociedade. Como espaço de formação revolucionária, através da articulação das lutas econômicas e políticas, de suas estratégias de organização e greves no enfrentamento com o Capital, como afirmaram Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky e outros, podem se tornar verdadeira “Escolas para a Revolução [...] Devemos estar no movimento sindical não apenas para disputar aparatos e sim para disputar a consciência de classe contra a ideologia burguesa” (RODRIGUES, 2007, p.8).

Quanto à organização partidária, apenas quatro profissionais declararam esse tipo de organização, um número reduzido que acompanha o dado

apresentado pela pesquisa de organização do CFESS (2005), em que apenas 12,62% dos sujeitos estão inseridos em movimentos partidários. Os partidos mencionados pelos (as) participantes foram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partidos que, apesar de divergências, estão no campo da esquerda.

Os (as) assistentes sociais sempre tiveram uma atuação política, mas foi, desde seus primórdios, em grande parte um posicionamento conservador e de manutenção da ordem. Foi a partir do Movimento de Intenção de Ruptura e da identificação dos (as) assistentes sociais enquanto classe trabalhadora que eles (as) começam a ocupar os espaços de luta e organização de esquerda, na defesa dos direitos da sua classe.

Porém, é importante entender que a categoria profissional dos (as) assistentes sociais não é homogênea. Dessa forma, mesmo que, de forma hegemônica, os (as) assistentes sociais caminhem para um debate crítico, marxista e de esquerda, existem vários projetos em disputa no campo profissional. É possível então, identificar profissionais que reivindicam projetos conservadores, pós-modernos, dentre diversas outras direções políticas.

Entre esses espaços de luta, os (as) assistentes sociais se inserem nos partidos políticos de esquerda. Na década de 1980, com a fundação do PT, as vanguardas das entidades representativas da profissão se inserem de forma hegemônica nesse partido, sendo possível também identificar, em quantidade inferior, profissionais alinhados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O fenômeno da despolitização ocorre, no entanto, nos últimos anos, afastando os sujeitos dos espaços políticos e principalmente dos partidos políticos. O fenômeno da despolitização⁸ na sociedade brasileira pode ser entendido como um processo de distanciamento dos sujeitos face à realidade social e sua posição nela. A despolitização no Brasil acontece principalmente através de dois vetores: a ultrapolítica e a pós-política (FERNANDES, 2019).

⁸ “A despolitização não é desinformação, nem mesmo manipulação ou ignorância. O processo envolve uma alteração de significados políticos na sociedade que, dentro da leitura marxista-gramscianiana, corresponde a um distanciamento do reconhecimento de uma pessoa ou grupo do seu papel na sua realidade concreta. A despolitização, portanto, leva pessoas cujo interesse de classe corresponde ao anticapitalismo a acreditar que devem defender o capitalismo, por conta de bens de consumo, por conta da mera possibilidade de eventual ascensão social” (FERNANDES, 2019, p. 213).

O fenômeno da despolitização se intensifica a partir das mobilizações de junho de 2013, que se iniciaram pela indignação da população quanto aos escândalos de corrupção de políticos e pela defesa de uma mudança política, e que acabaram sendo cooptados de forma ideológica e levados à ultrapolítica e à pós-política.

Esse processo se inicia com a pós-política em um antipartidarismo centrado principalmente na rejeição ao PT, que acaba por englobar os partidos outros de esquerda, mas também em uma antipolítica que despreza tudo que envolve e se posiciona politicamente.

Esse fenômeno afasta os sujeitos dos partidos de esquerda e favorece a direita, que usa o discurso da pós-política, com frases como “não sou nem de direita nem de esquerda”, com visões de suposta neutralidade, prevalecendo a técnica e a racionalidade para promover a ultrapolítica, que seria distorção da análise da realidade, confundindo a classe trabalhadora quanto aos seus reais interesses na sociedade de classe.

O processo de despolitização é complexo e pode ser analisado mais profundamente na obra de Sabrina Fernandes (2019). Neste momento, interessa-nos entender que a despolitização afeta principalmente a organização partidária, mas também outras formas de organizações coletivas de luta política.

Interessa ao debate proposto nesta pesquisa, ressaltar igualmente a importância da organização por meio dos partidos políticos, reforçada por Marx, Engels, Lênin, Rosa, entre outros (as) autores (as) de referência na análise marxista, como o principal instrumento de luta, organização e de promoção da consciência política da classe trabalhadora.

Os militantes partidários captam as experiências e reivindicações, transformando-as em propostas políticas que, elaboradas e sistematizadas, são devolvidas aos movimentos. Ressalta-se que um partido político é muito mais amplo e tem propostas mais globais para a sociedade do que um movimento (DURIGUETTO, 2015, p.137).

Outro ponto a ser analisado diz respeito às organizações que aparecem em 13 respostas dos (as) participantes da pesquisa, com a menção a movimentos, tais como Comitê Esquerda Diário, Colisão Negra por Direitos, Frente Democrática de Ermelino Matarazzo, Coletivo Ampliações, Rede Rua, Articulação dos (as) Trabalhadores (as) de Serviços de Medida Socioeducativa

em Meio Aberto da Cidade de São Paulo e Movimento Pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

Essas são organizações entendidas atualmente como movimentos sociais, que sempre existiram na luta do povo escravizado, das mulheres na luta pelo sufrágio universal, dos indígenas, na luta pela vida e pelos seus territórios, entre outras organizações.

No entanto, a partir do século XX, essas organizações em movimentos sociais começam a ganhar força e a se distinguir, em suas configurações, das organizações clássicas, como os sindicatos. Esses movimentos eclodem com pautas que não conseguiram ser abarcadas pelos movimentos operários, como a luta feminista, dos LGBTQIA+, a população negra, contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, entre outras (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

O levantamento dessas pautas para o centro das lutas sociais é um fator positivo no sentido da identificação das contradições da sociabilidade burguesa, que ultrapassam as questões econômicas e de trabalho e se estendem por todas as dimensões da vida social.

Os movimentos sociais contemporâneos, diferentemente dos partidos políticos, por exemplo, têm um campo mais delimitado de luta, que pode se restringir à organização em defesa dos (as) trabalhadores (as) de determinada política pública, ou pela luta por determinados direitos sociais, como moradia, saúde, educação, entre outros, assim como lutas pelos direitos de mulheres, crianças, população negra, pessoas com deficiência, etc.

Essa forma de organização impõe limites no sentido da apreensão da articulação dessas lutas, que à primeira vista parecem não ter relação umas com as outras, se enquadrando em grupos isolados e fechados em suas próprias demandas (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

Para além da variedade de campos de luta, os movimentos sociais também são heterogêneos em sua composição, que não se restringe aos operários e pode ter em uma mesma organização sujeitos com os mais variados posicionamentos políticos e níveis de consciência de classe. Nesses casos, não raras são as ocasiões em que os (as) militantes concordam em pautas políticas específicas do campo de luta do movimento social, mas discordam sobre questões mais gerais da sociedade.

Considera-se que os movimentos são heterogêneos quanto à sua base social, afetando amplos setores da população, além do operário tradicionalmente mobilizado. Os movimentos derivariam de contradições específicas e, mesmo que se articulem às relações de produção, não poderiam ser reduzidos às relações de classe (DURIGUETTO, 2015, p. 136).

Esses movimentos necessitam de uma articulação a outras organizações que tragam as lutas mais gerais da sociedade como pauta, na defesa de um projeto societário de fim da divisão de classes, do Estado e da propriedade privada.

O potencial político das lutas dependeria da articulação com outras organizações da sociedade civil, estabelecendo alianças que lhes garantam vínculos de suas lutas pontuais com forças socio-políticas mais universalizantes (DURIGUETTO, 2015, p.136).

Outra forma de organização identificada na pesquisa foram as entidades representativas da categoria profissional dos (as) assistentes sociais, que apareceram em apenas cinco respostas, sendo um na diretoria do CRESS e quatro na base do CRESS.

As entidades representativas da profissão se configuram como uma autarquia pública, tendo uma relação com o Estado no trabalho de defesa, normatização e orientação do exercício profissional, não sendo um movimento social, mas uma organização coletiva que está a frente de muitas lutas tanto em defesa da profissão, como também da ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

As entidades têm grande relevância do âmbito das lutas dos (as) assistentes sociais e, apesar do número reduzido na pesquisa de campo, a atuação dos (as) profissionais nas entidades representativas é significativa, com frentes de atuação, comissões de trabalho e coletivos.

As entidades representativas da profissão tiveram, até 1970, representações de setores conservadores, de defesa da ditadura militar. É só com o “Movimento de Reconceituação” e principalmente a partir do Congresso da Virada que as entidades começam a ser disputadas por setores progressistas da profissão, aliados aos sindicatos e movimentos sociais.

É através de organização política, articulação às lutas da classe trabalhadora e apropriação teórica que o projeto profissional de intenção de ruptura conquista hegemonia e se constrói o Código de Ética de 1986, reformulado em 1993.

O conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO passam a ser as principais ferramentas de direcionamento e construção de uma profissão que tenha base em uma análise crítica da realidade através da perspectiva marxista.

[...] o Conjunto CFESS-CRESS reafirma e fortalece, em sua programática, o debate e ações estratégicas em torno da valorização da ética, da socialização da riqueza e da defesa dos direitos, na perspectiva de reconhecer, analisar e se contrapor às formas de mercantilização de todas as dimensões da vida social. Nosso compromisso com o projeto ético-político profissional, expressos nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética dos/as assistentes sociais, nos mobiliza para a luta em defesa de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade, além de nos sensibilizar, em nosso cotidiano profissional, para conhecer as reais condições de vida da população e buscar formas de intervir contra todos os processos de degradação da vida humana (CFESS, 2021, n. p.)⁹.

As entidades trabalham, nesse sentido, não apenas na fiscalização profissional, mas na orientação, na promoção de debates, na publicação de manifestos, livros, pesquisas, campanhas, revistas, jornais que direcionam e atualizam o trabalho profissional.

Porém, assim como os movimentos sociais contemporâneos, a organização nas entidades representativas da profissão deve dialogar e se aliar a outras organizações da classe trabalhadora que tragam a perspectiva de totalidade, de unidade e de reconhecimento dos (as) assistentes sociais enquanto classe trabalhadora.

No que se refere à atuação nas organizações coletivas, 26,5% dos sujeitos participantes da pesquisa relataram nelas estar inseridos a trabalho, sendo essa uma forma de inserção distinta da inserção de militância, conforme já comentado nos capítulos anteriores.

O trabalho profissional dos (as) assistentes sociais nos movimentos sociais, sindicatos e outras organizações é de extrema importância para o fortalecimento e defesa dos direitos dos sujeitos que estão ali organizados. Os (as) profissionais se inserem nesses movimentos estabelecendo um vínculo empregatício.

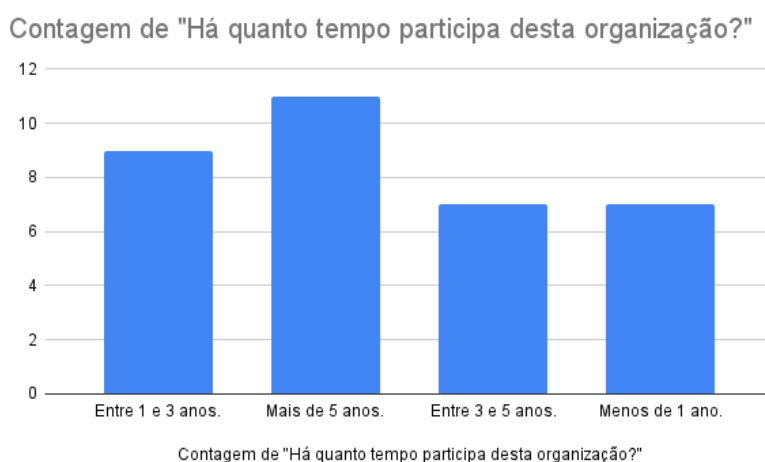
A inserção de militância tem uma configuração distinta, com objetivos, atuação e também vinculação diferentes. Nos espaços de militância, os (as)

⁹ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/frentes-de-atuacao-e-comissoes>-Acesso em: 24/07/2021

assistentes sociais não estão inseridos (as) enquanto profissionais, mas enquanto sujeitos políticos, que se organizam, debatem e lutam com pessoas de diferentes espaços de trabalho.

Em relação ao tempo de atuação dos sujeitos nesses espaços de organização como militantes, 20,6% relataram atuar na organização há menos de um ano, 26,5% entre um e três anos, 20,6% entre três e cinco anos, e 32,4% há mais de cinco anos.

Gráfico 5 – Tempo de participação na organização coletiva.



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Esse dado demonstra uma consistência na organização desses sujeitos, em que a maioria estabelece relação de luta há mais de um ano com a organização coletiva em que milita.

Identificamos, também, nos dados analisados, os objetivos dos sujeitos nas organizações coletivas, e foi interessante observar a diversidade das respostas que perpassam espaços de luta distintos, em políticas públicas, movimentos de lutas raciais, por direitos trabalhistas, luta por moradia, entre outros, como vemos a seguir:

Devolver o sindicato dos servidores públicos municipais de São Paulo aos trabalhadores.

Buscamos nos fortalecer enquanto artistas e coletivos independentes em prol da construção efetiva de políticas públicas, bem como impulsionar transformações através da educação popular, arte e cultura.

Organizar e mobilizar o movimento negro a nível nacional e sua articulação com as lutas antirracistas.

Defender o SUAS e a Seguridade Social.

Direitos trabalhistas.

Abrir diálogo com moradores buscando construir ações efetivas de melhoria das condições do bairro.

Contribuir para a construção de uma rede de relações, que promova o resgate da cidadania e o direito da vida digna da população em situação de rua.

Quanto à direção política da organização em que se inserem, as respostas foram predominantemente de esquerda, aparecendo também “socialista”, “progressista” e “majoritariamente de esquerda”, o que demonstra que, como debatemos anteriormente, é comum em muitos movimentos sociais, fóruns e outras organizações estarem inseridos sujeitos com direções políticas distintas.

Quando indagados sobre o que os levou a escolherem essas organizações coletivas, as respostas desses sujeitos foram:

A luta e a pauta política.

Compromisso, luta, independência, seriedade.

Por tratar-se de uma organização plural e potente.

A necessidade de estar numa luta organizada e coletiva.

Essas respostas demonstram uma escolha consciente a partir da identificação de pautas e de um direcionamento político que coadune com suas próprias perspectivas de luta. Mas, também, surgiram respostas que envolvem as relações de proximidades, de trabalho, de vínculos de amizade e de moradia que levam esses sujeitos a se aproximarem dessas organizações, como podemos analisar nas respostas:

Proximidade com atuação na área de saúde do trabalhador.

Convite de amigos militantes.

As questões do trabalho.

Lugar onde nasci e cresci.

As pessoas envolvidas na luta.

Neste tópico, foi possível visualizar a configuração da organização coletiva dos (as) assistentes sociais na cidade de São Paulo e conhecer que

nessa amostra o maior número desses sujeitos está organizado nos movimentos sociais.

Esse dado pode estar relacionado ao fato de que na própria formação profissional existe um locus importante com os movimentos sociais, que reforça a importância da articulação da profissão aos mesmos. O resultado da presente pesquisa mostra que essa articulação não se limita à inserção profissional, mas também dos (as) assistentes sociais enquanto sujeitos coletivos.

Concluimos, também, que, apesar de a categoria não ser homogênea e concentrar em seu núcleo profissionais das mais variadas direções políticas, conservadora, pós-moderna, marxista, nesta amostra se concentraram sujeitos com direções políticas similares, aliados às lutas da classe trabalhadora e progressistas, o que pode ter relação com os espaços de acesso ao formulário e os sujeitos que o distribuíram e responderam.

Após entender as condições da organização coletiva dos (as) assistentes sociais, no próximo tópico analisamos as condições da não organização desses sujeitos. O que os leva a não estar atualmente inseridos em organizações coletivas?

3.4 A não participação dos sujeitos nas organizações coletivas

Como já mencionamos anteriormente, 44,4% dos sujeitos declararam não participar de nenhuma forma de organização coletiva atualmente. Neste tópico, analisamos quais as condições da não organização desses (as) profissionais.

Esse dado também pode ser relacionado com um fenômeno já mencionado anteriormente, o processo da despolitização, que afasta os sujeitos dos espaços coletivos, promovendo a aversão aos debates políticos. Esse processo acaba por beneficiar o avanço de movimentos conservadores, que, ao pregar a não política, com promoção do que é técnico, exercem uma política liberal, conservadora, de retrocessos para os direitos da classe trabalhadora.

Dentre esses (as) participantes, 59,3% declaram que não participam de nenhuma organização coletiva por falta de tempo, outros (as) 29,6% não conhecem nenhuma organização que os (as) interessa, e 11,1% por distância.

A justificativa mais mencionada nessa questão foi a falta de tempo, o que pode demonstrar o resultado da sobrecarga desses (as) profissionais, muitas vezes inseridos (as) em espaços precarizados de trabalho, com o não cumprimento das 30 horas de trabalho semanais, ou que têm mais de um emprego. Questões que não apenas precarizam o trabalho, mas impõem limites para a realização da formação continuada e da organização coletiva.

Quanto ao histórico organizativo, 67,9% desses sujeitos já participaram de organizações coletivas anteriormente e os (as) outros (as) 32,1% nunca participaram de organizações coletivas.

O número de sujeitos que já estiveram organizados anteriormente é relevante por demonstrar o interesse e a possibilidade de volta aos espaços organizativos, não se tratando de uma indiferença diante das lutas e demandas da classe trabalhadora, mas, realmente, condições objetivas que temporariamente podem impor limites para essa organização.

É o que também demonstra o próximo dado, que diz sobre o interesse desses sujeitos em estarem organizados coletivamente, em que 92,6% relataram que sim, gostariam de estar organizados, demonstrando o reconhecimento da importância da participação nesses espaços coletivos.

Ao finalizar este capítulo, entendemos que, apesar das dificuldades impostas pela pandemia da covid-19, que impuseram desafios ao acesso aos sujeitos, pudemos, com os dados coletados, traçar, ainda que de forma restrita, o perfil desses (as) profissionais e suas inserções, ou não, em organizações coletivas, conforme aqui demonstrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso até a conclusão deste trabalho se deu em um caminho nada linear, com idas e vindas, desvios e retornos. A conjuntura nos impôs não apenas repensar as técnicas da pesquisa, mas trouxe transformações importantes sobre o tema da pesquisa e sobre a própria vida e o cotidiano dos sujeitos da pesquisa e desta pesquisadora.

O período de planejamento da pesquisa é de extrema importância para deixar evidentes nossos objetivos e os caminhos que vamos precisar trilhar, porém não deve congelar o projeto e o percurso da pesquisa. Em muitos casos, com a aproximação da pesquisadora ao objeto de pesquisa, novos caminhos e alternativas surgem para o alcance dos objetivos.

O tema desta pesquisa foi se transformando ao longo do primeiro semestre do mestrado, sendo influenciado pelos debates em disciplinas e núcleos, pelas vivências na militância, assim como pela conjuntura do país.

Diante de um cenário de contrarreforma do Estado, evidenciamos o avanço do conservadorismo, a criminalização dos movimentos sociais, a precarização do trabalho, o recorde de desemprego e a efervescência de movimentos com traços fascistas, de promoção da violência, com discursos e ações de ódio de classe, tornando-se ainda mais urgentes os debates sobre a organização e a luta da classe trabalhadora, contra esses retrocessos e pela defesa de seus direitos na direção de uma sociabilidade justa e igualitária.

A construção de uma frente de esquerda classista, de oposição e práxis anticapitalista, anti-imperialista, socialista, pautada nas lutas da classe operária, dos trabalhadores rurais e urbanos, da juventude, das mulheres, dos indígenas, dos sem-terra, dos sem-teto, dos negros e negras, da população em situação de rua, do seguimento LGBTT e de todos(as) trabalhadores(as) que sofrem exploração, dominação e opressão social de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual, é uma necessidade imediata para a unificação das lutas e dos lutadores (ABRAMIDES, 2017, p. 384).

Entre aproximações e distanciamentos, reflexões e inquietações em relação ao tema, estabeleceu-se como objetivo geral o reconhecimento das formas de organização coletiva dos (as) assistentes sociais, na busca de desenvolver um panorama dos espaços organizativos nos quais esses (as) profissionais participam, na cidade de São Paulo.

O tema das organizações coletivas dos (as) assistentes sociais constituiu-se, assim, no interesse de apreender o entendimento de organização, dos espaços organizativos nos quais esses sujeitos se inserem, buscando conhecer os seus objetivos nessas organizações.

Escolhido o tema, foram delineados os objetivos específicos, pensando na construção de uma apreensão que reflita a totalidade do tema proposto, dando forma e direcionamento a esta dissertação, que se desdobrou em três capítulos.

Os capítulos foram construídos de forma a aprofundar a categoria “trabalho” – entendendo a configuração que o trabalho adquire no modo de produção capitalista, assim como o papel do Estado burguês, que serve aos interesses da classe dominante– e a explicitar as transformações e retrocessos da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora, entre outras questões.

O primeiro capítulo permitiu uma reflexão da configuração do modo de produção capitalista em suas leis gerais, na divisão de classes, na exploração do trabalho, na configuração do Estado burguês, entre outras categorias centrais para o entendimento desse modo de produção. Introduzir o trabalho com essa análise é imprescindível, pois este se configura no terreno da luta de classes, lugar de embate entre classe burguesa e classe trabalhadora.

É na vivência da exploração do trabalho, da alienação e da opressão que se torna decisiva a luta organizada da classe trabalhadora. Mas o que são as organizações coletivas? É com essa a pergunta que iniciamos o segundo capítulo, na apreensão da organização da classe trabalhadora, a partir de autores (as) centrais para este debate na direção marxista, como Lênin e Rosa Luxemburgo.

Para a compreensão da configuração da organização coletiva dos (as) assistentes sociais no Brasil, se torna necessária uma breve apreensão da formação histórica deste país em suas particularidades, enquanto país colonizado para exploração, em que a transição ao capitalismo não ocorre por meio de uma revolução burguesa de enfrentamento do passado, mas por uma transição pelo alto. Essas e outras questões debatidas no segundo capítulo delineiam a forma com que se dá a luta de classe neste país periférico, as formas de enfrentamento, conciliação e repressão.

A partir do “Movimento de Reconceituação”, os (as) assistentes sociais desenvolvem reflexões e questionamentos que levam a um avanço das dimensões teórica, técnica e política da profissão, resultando no reconhecimento da categoria enquanto classe trabalhadora, inserida na divisão social e técnica do trabalho e sofrendo os mesmos processos de exploração e alienação.

Esse reconhecimento leva os (as) assistentes sociais à articulação junto às organizações coletivas da classe trabalhadora. Essa articulação ocorre em movimentos sociais de luta por moradia, reforma agrária, saúde, educação, assim como nos partidos políticos e sindicatos.

Nos anos de 1970, a categoria avança significativamente na sindicalização dos (as) assistentes sociais, passando de três sindicatos para 22 entidades sindicais. Nesse período, a organização coletiva dos profissionais é fortalecida, abrangendo diferentes espaços e estando na linha de frente das principais lutas da classe trabalhadora.

Essa organização, no entanto, se transforma pós-processo de redemocratização do Brasil, com o avanço do neoliberalismo aliado a medidas de conciliação de classe. A força e a representatividade da organização, não apenas dos (as) assistentes sociais, mas de toda classe trabalhadora, enfraquecem substancialmente.

As análises realizadas na pesquisa reforçam a necessidade da articulação dos (as) assistentes sociais às organizações coletivas, assim como de maiores estudos, pesquisas e debates sobre o tema pela categoria profissional. Pois, como foi visto, muitos são os desafios atuais para a organização coletiva, autônoma, classista e radical.

Organizações estas que não pode ficar restritas aos limites das lutas institucionais, em âmbito eleitoral e politicista, mas deve ter como direcionamento a superação do modo de produção capitalista, superação esta que não se dará por vias do Estado, ou de forma gradual, mas através da luta organizada da classe trabalhadora.

A reprodução da alienação no modo de produção capitalista, como se analisou no primeiro capítulo desta dissertação, promove, principalmente por meio das instituições do Estado burguês, como mídias, igrejas, escolas, intelectuais, dentre outros, a noção de que o modo de produção capitalista é

imutável, não existindo condições para sua superação. E, no caso de uma suposta superação, qualquer outro modo de produção seria, nessa noção ideológica burguesa, inferior em tecnologia e em condições de avanço e estabilidade.

Essa ideia, divulgada e transmitida de forma massiva, se torna tão forte que até mesmo aqueles que reconhecem as desigualdades, injustiças e exploração do modo de produção capitalista não conseguem, muitas vezes, visualizar a possibilidade de superação dessa sociabilidade.

Esses sujeitos acabam sendo levados para lutas nos limites da institucionalidade do Estado burguês, em políticas públicas, legislações, eleições, entre outras demandas que não alteram a origem e a raiz dos problemas sociais.

A realidade é que a classe trabalhadora reage cotidianamente em diversos espaços, por melhores condições de trabalho, por saúde de qualidade, por educação para seus filhos, por saneamento básico, transporte, condições dignas de moradia. Mulheres, negros e negras, LGBTQIA+ e indígenas lutam todos os dias simplesmente pelo direito de sobrevivência.

A reflexão que nos instigou no início desta pesquisa, e que se estende agora com sua conclusão, é a necessidade da condução dessas lutas por demandas individuais na direção do reconhecimento da relação intrínseca entre elas e a necessidade de uma luta coletiva na direção da superação da sociabilidade burguesa.

A pesquisa realizada nos permitiu o reconhecimento das formas de organização coletivas em que os (as) assistentes sociais estão inseridos na cidade de São Paulo. Esse objetivo foi atingido de forma parcial, uma vez que conseguimos ter um pequeno panorama desses espaços, mas ainda limitado a uma pequena camada em relação à totalidade de assistentes sociais na cidade pesquisada.

Os movimentos sociais foram as organizações coletivas com maior número de sujeitos inseridos, seguidos pelos sindicatos que ficam atrás, com a diferença de apenas uma resposta. E, como pudemos analisar anteriormente, são organizações coletivas que estão fortemente presentes na categoria, desde o “Congresso da Virada”, em meio ao movimento de luta pela redemocratização.

A pesquisa nos permitiu, também, identificar o perfil dos (as) profissionais sujeitos da pesquisa, desenvolvendo uma relação com os dados, que são produto da singularidade, com uma reflexão dos determinantes da universalidade para a construção de uma análise que não se pautar apenas no imediato.

Vimos também que 44% dos sujeitos não se organizam atualmente. O que, para além de determinantes conjunturais, como apreendemos anteriormente, se deve, segundo esses sujeitos, a questões objetivas quanto à disponibilidade de tempo e acesso às organizações coletivas.

De modo geral, os objetivos iniciais estabelecidos no projeto de pesquisa foram alcançados, com o desenvolvimento de um pequeno panorama sobre a organização coletiva dos (as) assistentes sociais e com uma pesquisa teórica que possibilitou aproximações dos determinantes históricos e atuais que impõem desafios para a organização da classe trabalhadora no geral e também para os (as) assistentes sociais.

Compreendendo os limites da pesquisa e refletindo sobre as indagações que permaneceram com a sua conclusão, planeja-se o aprofundamento desta pesquisa no futuro, com uma maior abrangência de sujeitos participantes, com dados que sejam compatíveis com a amplitude da categoria profissional na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017

ALBIERO, Gleci Elisa. **Fios que tecem a formação profissional: um estudo sobre o estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social da Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. São Paulo: [S.n.], 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital** / Ricardo Antunes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**, v.1.

Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobreaincompatibilidade_2011.pdf Acesso em: 24 Jul 2021

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRECHT, Bertolt. **O fascismo é a verdadeira face do capitalismo**. Revista Twice a Year. Tradução de Richard Winston. Syracuse University Press, 1935.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Recife (PE), 2004.

Disponível:

http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9916/arquivo9102_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 24 Jul 2021

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **O trabalho de Assistentes Sociais junto aos movimentos sociais**. In.: CFESS Manifesta, Vitória (ES), 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993**. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 24 Jul 2021

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global Editora, 2013.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5ed. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2015.

_____. **O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do Capital**. In.: IAMAMOTO, Marilda Vilela; YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social na História**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

_____. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **A Revolução proletária e o renegado Kautsky**. In.: LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e luta de classes**. 1. ed. Org. Antônio Carlos Mazzeo. Trad. Edições Avante!; Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução / V. I. Lenin ; trad. Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

_____. **Que fazer?** questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo HUCITEC 1902. Fonte: The Marxists Internet Archive

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos: volume I** / organização Isabel Loureiro; tradução Stefan Klein (alemão) ... [et al.]. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Reforma ou revolução?**. Tradução de Livio Xavier. 2.ed., reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2009.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25º ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O leitor de Marx**/José Paulo Netto [organização]. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Manifesto do partido comunista**./ Karl Marx, Friedrich Engels. --- 1.ed. – São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou uma política social?**: uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo: 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social** / Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Clóvis. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. **Revista Princípios**, São Paulo, nº 15, p. 3-8, Maio, 1988.

_____. **A quilombolagem como expressão do protesto radical**. Os quilombos na dinâmica social do Brasil/ Clóvis Moura (organizador). Maceió: EDUFAL, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2002.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Estratégias e Táticas: Reflexões no Campo do Serviço Social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

RODRIGUES, Perciliana Costa. **A organização sindical e a formação política para transformação social**. org. CRES-RJ, ANO IV - Nº 42, p.8-AGO. OUT. / 2007

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social": particularidades no Brasil**. São Paulo (SP): Cortez, 2012.

SILVA, Letícia Rodrigues da. **A dimensão ético-política do serviço social e o ensino à distância:** avanços e retrocessos na formação profissional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes:** projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 138, p. 207-213, maio/ago. 2020.

PESQUISA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

*Obrigatório

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

Ajude-nos a divulgar!

Discente: Ingrid de Sousa Vieira

Orientadora: Mariangela Belfiore Wanderley

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCL

Caso você seja assistente social e resida ou trabalhe na cidade de São Paulo, convidamos você a participar da pesquisa "AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS", sob a responsabilidade da pesquisadora Ingrid de Sousa Vieira e orientação da prof.ª dr.ª Mariangela Belfiore Wanderley. A referida pesquisa tem como objetivo mapear as formas de organização coletiva que as/os Assistentes Sociais fazem parte atualmente na cidade de São Paulo, analisando a percepção de organização coletiva e os rebatimentos históricos para esta organização atualmente.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de resposta online de formulário Google com perguntas que abrangem as formas de organização coletiva que as/os Assistentes Sociais estão inseridos atualmente na cidade de São Paulo.

A pesquisa não oferece riscos à integridade física das/os participantes. Não haverá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração pela participação. As informações serão analisadas e publicadas de forma sigilosa, nenhum participante será identificado de nenhuma forma na publicação nesta pesquisa.

Para qualquer outra informação você poderá entrar em contato através do e-mail: ingrid.sousa.v@gmail.com ou pelo telefone (34)99170-3312, como também com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEP-PUC/SP Monte Alegre) na rua Ministro Godói, 969 – sala 63C, Perdizes, São Paulo-SP, telefone (11) 3670-8466, emailcometica@pucsp.br, horário de atendimento de segunda à sexta-feira das 9h às 18h. Adicionamos que o Comitê de Ética tem a finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa e de contribuir para com os padrões éticos na pesquisa.

Seção sem título

1. Você confirma ser uma/um Assistente Social? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

2. Você é... (Marque a opção que se sentir mais confortável) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Mulher (cis ou trans)
- ☐ Homem (cis ou trans)
- ☐ Não-binário
- ☐ Travesti
- ☐ Prefiro não declarar

3. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Entre 20 e 30
- ☐ Entre 30 e 40
- ☐ Entre 40 e 50
- ☐ Entre 50 e 60
- ☐ 60 ou mais

4. Graduação *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Universidade pública
- ☐ Universidade privada - presencial
- ☐ Universidade privada - a distância

5. Ano de conclusão da graduação *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Anterior a 1980
- ☐ Entre 1981 e 1990
- ☐ Entre 1991 e 2000
- ☐ Entre 2001 e 2010
- ☐ Depois de 2011

6. Trabalhou durante a graduação ? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Durante a Graduação participou de algum destes grupos de pesquisa e movimento estudantil? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Grupo de extensão
- ☐ Iniciação científica
- ☐ PET
- ☐ Movimento Estudantil em Serviço Social
- ☐ Outros movimentos sociais
- ☐ Nenhuma das opções

8. Possui pós graduação? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Mestrado profissional
- ☐ Doutorado
- ☐ não possui

19/07/2021

PESQUISA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

9. Você trabalha atualmente como Assistente Social? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

10. O que você entende por organização coletiva? *

11. Você participa de alguma organização coletiva? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim *Pular para a pergunta 12*

☐ Não *Pular para a pergunta 20*

Organização Coletiva

12. Qual o nome da organização coletiva que você participa?

13. Sua organização se enquadra em alguma das formas abaixo? Se sim, marque a que se enquadra.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Sindicato
- ☐ Partido Político
- ☐ Movimento Social
- ☐ Conselhos de Direitos
- ☐ Diretoria do CRESS
- ☐ Base CRESS
- ☐ Diretoria ABEPSS
- ☐ Outro

14. Sua atuação nesta organização é de militância ou de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Militância
- ☐ Trabalho Profissional

15. A quanto tempo participa desta organização?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 1 ano.
- ☐ Entre 1 e 3 anos.
- ☐ Entre 3 e 5 anos.
- ☐ Mais de 5 anos.

16. Qual o objetivo desta organização? *

19/07/2021

PESQUISA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

17. Qual a direção social e/ou política desta organização? *

18. O que te levou a escolher esta organização? *

19. Você gostaria de acrescentar algum comentário sobre a sua participação nesta organização?

Organização Coletiva

20. Por que você não participa de uma organização coletiva?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Falta de tempo.
- ☐ Não considero importante.
- ☐ Distância.
- ☐ Não conhece nenhuma que se interessa.

19/07/2021

PESQUISA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

21. Algum dia já participou de organizações coletivas?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

22. Você gostaria de estar organizado coletivamente?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você a participar da pesquisa **“AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Ingrid de Sousa Vieira e orientação da prof.^a dr.^a MariangelaBelfiore Wanderley.

A referida pesquisa tem como objetivo mapear as formas de organização coletiva que as/os Assistentes Sociais fazem parte atualmente na cidade de São Paulo, analisando a percepção de organização coletiva e os rebatimentos históricos para esta organização atualmente.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de resposta online de formulário Google com perguntas que abrangem as formas de organização coletiva que as/os Assistentes Sociais estão inseridos atualmente na cidade de São Paulo.

A pesquisa não oferece riscos à integridade física das/os participantes. Não haverá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração pela participação. As informações serão analisadas e publicadas de forma sigilosa, nenhum participante será identificado de nenhuma forma na publicação desta pesquisa.

Para qualquer outra informação você poderá entrar em contato através do e-mail: ingrid.sousa.v@gmail.com ou pelo telefone (34)99170-3312, como também com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEP-PUC/SP Monte Alegre) na rua Ministro Godói, 969 – sala 63C, Perdizes, São Paulo-SP, telefone (11) 3670-8466, email cometica@pucsp.br, horário de atendimento de segunda à sexta-feira das 9h às 18h. Adicionamos que o Comitê de Ética tem a finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa e de contribuir para com os padrões éticos na pesquisa.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, após a leitura deste documento e oportunidade de sialogar a respeito de possíveis dúvidas com a pesquisadora responsável, declaro estar suficientemente informada(o) do tema da pesquisa, assim como de que minha participação é voluntária e minha identidade será preservada em sigilo. Diante do exposto, expresso minha concordância e espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura da(o) voluntária(o)

Assinatura da pesquisadora